

A) ELEMENTOS DE CONTABILIDADE

AUTORA

MARIOMAR DE SALES LIMA

Introdução

Face ao ambiente instável em que operam as organizações, o recurso informacional constitui um valioso aliado das empresas. Se for utilizado de forma eficaz, ele pode auferir vantagens para a empresa e conquistar espaço em relação aos seus concorrentes. Sobre o papel que a Contabilidade assume nas organizações, Beuren (2002, p. 17) observa que “[...] um fluxo constante de informação é necessário para permitir que os gestores tomem decisões corretas, tanto na fase de planejamento, quanto na de controle das operações”.

A eficácia de uma informação depende do adequado entendimento entre o conteúdo e os fins a que ela se destina. Com o intuito de fornecer ao estudante de Administração os conhecimentos básicos acerca das informações contábeis no processo de gestão empresarial, selecionamos os assuntos a serem estudados na disciplina **Elementos de Contabilidade**.

Os conhecimentos fornecidos no decorrer do caderno visam mostrar aos alunos os aspectos gerais e específicos dos principais relatórios contábeis utilizados como suporte no planejamento e controle organizacional. Dentre esses relatórios, serão estudados o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração de fluxo de caixa.

O bom aproveitamento dos conhecimentos contábeis dependerá do esforço persistente do aluno no estudo atento deste caderno e na resolução das atividades propostas para sua fixação. Portanto, seja persistente, participe de todas as atividades e quando tiver dificuldades solicite esclarecimentos aos tutores.

Palavras da autora

Prezado aluno,

Este caderno apresenta o conteúdo da disciplina **Elementos de Contabilidade** e tem como finalidade orientá-lo em seus estudos na área contábil informacional. Para tanto, desde a primeira unidade, adotamos uma metodologia que consideramos a mais adequada, que é a da exposição dos conceitos teóricos seguida de aplicações práticas.

Assim, para a obtenção de um melhor aproveitamento sobre o assunto, você deve efetuar a leitura reflexiva do conteúdo de todas as unidades. Depois, deve resolver os exercícios propostos em cada uma delas, participar dos fóruns e, principalmente, efetuar todas as atividades apresentadas no caderno e na sala de aula virtual. É por meio das atividades propostas que você terá condição de aplicar o conteúdo estudado no decorrer de cada unidade.

O conteúdo proposto neste caderno servirá como um guia para os seus estudos, precisando da sua dedicação para que possamos atingir o objetivo principal desta disciplina que é proporcionar o entendimento das informações fornecidas pela Contabilidade. Não esqueça que as informações aqui expostas serão aplicadas como instrumento de suporte na tomada de decisão nos empreendimentos.

Mariomar de Sales Lima

Orientações para estudo

O caderno de **Elementos de Contabilidade** está organizado para ser desenvolvido em cinco unidades.

Na unidade 1 estudaremos a Contabilidade como suporte a tomada de decisão, destacando a interação da empresa com o meio ambiente, os seus reflexos, os requisitos essenciais à obtenção de êxito na condução dos negócios, além dos meios utilizados pela Contabilidade para fornecer informações aos seus usuários.

Na unidade 2 abordaremos a definição, o objetivo, os componentes do balanço patrimonial, além dos critérios de avaliação desses componentes.

Na unidade 3 veremos a demonstração de resultado do exercício, destacando o conceito, a finalidade, a estrutura e os elementos que a compõem.

Na unidade 4 estudaremos o objetivo e a estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Por fim, na quinta unidade estudaremos a finalidade, os métodos de elaboração e o conteúdo da demonstração de fluxo de caixa.

Na medida em que os conteúdos das unidades forem lidos e entendidos, você deve resolver todos os exercícios propostos para cada uma delas, os quais estarão disponíveis no ambiente online.

Ao final de cada matéria, disponibilizamos exercícios resolvidos, que servirão de orientação e modelo para a resolução dos exercícios propostos.

Conforme já mencionado anteriormente, você também encontrará atividades, tanto no caderno quanto na sala virtual, que devem ser realizadas. Além disso, há um fórum para cada unidade destinado tanto à postagem das dúvidas quanto à resolução dos problemas.

Durante o processo de aprendizagem, aconselhamos reservar um caderno somente para a solução dos exercícios, pois isso irá lhe ajudar nas revisões e na organização do material de estudo.

Pedimos, ainda, a sua participação nos fóruns, tanto na postagem de dúvidas no ambiente, quanto na ajuda aos colegas. Na medida em

que você resolver os exercícios, procure postar no fórum a resolução dos problemas propostos. Todas as atividades que você vai encontrar neste caderno possuem orientações de como você deve proceder para postar os resultados. Procure realizar todas as atividades propostas, pois elas servirão como nota parcial da disciplina.

Ementa

Introdução à contabilidade. Patrimônio. Métodos de escrituração e classificação de contas. Demonstrações contábeis.

Objetivos de ensino-aprendizagem

Ao final do módulo da disciplina **Elementos de Contabilidade**, espera-se o aluno seja capaz de:

1. Demonstrar os conceitos básicos da Contabilidade, suas formas de classificação e avaliação dos componentes patrimoniais e de resultado em registros contábeis;
2. Identificar os fatos que provocam alterações nas situações patrimonial, financeira e econômica de uma entidade;
3. Usar o sistema contábil como fonte de informações para realizar tomada de decisões;
4. Apresentar a habilidade de analisar, avaliar e sintetizar os dados fornecidos nas leituras, nas exposições da professora e dos colegas de classe.

1

A Contabilidade como suporte a tomada de decisão

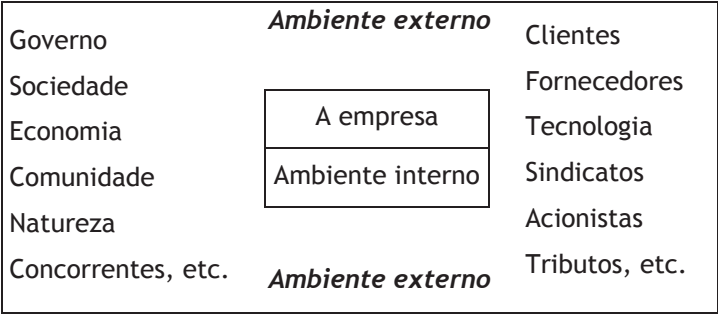
Síntese:

Nesta unidade estudamos a Contabilidade como instrumento de suporte para a tomada de decisões e os requisitos essenciais para a obtenção de êxito na condução dos negócios. Enfatizamos a forma de interação da empresa com o meio ambiente e as informações fornecidas pela Contabilidade para facilitar a tomada de decisões pelos seus usuários.

Segundo Padoveze (2006), todas as organizações funcionam como um sistema aberto que interage com o meio ambiente, processando os seus recursos disponíveis e, com isso, obtendo os produtos e serviços que serão transacionados com o mundo exterior.

Na figura 1 abaixo, o autor nos apresenta a visão da empresa como um sistema no interior do ambiente:

Figura 1: A empresa e o ambiente.



Fonte: Padoveze (2006).

Pela observação da ilustração acima, é possível deduzir que as variáveis existentes no ambiente em que atuam as organizações produzem interferência em sua forma de atuação e também sofrem as interferências por elas produzidas. Tal fato deixa evidente que não é possível gerir os empreendimentos como se eles fossem uma entidade isolada. Em razão disso, todas as tomadas de decisões dentro da empresa devem levar em conta as variáveis e as entidades que serão afetadas por cada decisão, sob pena de comprometer a gestão, o seu ambiente e os objetivos da empresa.

Dificuldades econômicas como **competitividade**, escassez de recursos e consumidores mais exigentes fazem parte do ambiente em que operam as organizações. No contexto atual, a experiência e o *feeling* dos administradores não são mais fatores decisivos na condução dos negócios. Decidir, por exemplo, como aplicar recursos escassos com a máxima eficiência requer um elenco de informações reais que possam nortear as decisões organizacionais.

Para que os administradores tomem decisões que conduzam ao sucesso dos negócios, eles precisam das informações elaboradas pela Contabilidade. Sobre essas informações, Iudícibus comenta que:

[...] por isso há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão. Decisões tais como comprar ou alugar uma máquina, preço de um produto, contrair uma dívida a longo ou curto prazo, quanto de dívida contrairemos, que quantidade de material para estoque deveremos comprar, reduzir custos, produzir mais [...].(2008, p. 1).

Competitividade: é o termo relacionado à concorrência mercadológica, na qual as empresas procuram desafiar-se entre si alcançando maiores resultados no fim de cada período contábil.

Para o autor, a Contabilidade é o instrumento que pode auxiliar a Administração a tomar decisões. Cabe a ela a coleta de todos os dados econômicos, mensurar, registrar e sumariá-los em forma de relatórios ou de comunicados, que possam contribuir efetivamente para a tomada de decisões nas organizações.

A Contabilidade, uma ciência do grupo das Ciências Econômicas e Administrativas, estuda o patrimônio, definido por Padoveze (2006, p. 52) como o “[...] conjunto de riquezas de propriedade de alguém ou de uma entidade jurídica”. Com esse estudo, a Contabilidade pode efetuar o controle do patrimônio com o propósito de fornecer informações úteis aos que dela se utilizam. Para tanto, realiza identificação, coleta, processamento e armazenamento das informações oriundas dos fatos que alteram a massa patrimonial.

Com esse entendimento, Padoveze (2006, p. 53) conceitua Contabilidade como sendo “[...] o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade, sistema este estruturado considerando as teorias e os conceitos da ciência contábil”. O autor esclarece que uma entidade contábil pode ser uma pessoa física ou jurídica que tem a propriedade de um conjunto patrimonial.

Portanto, a Contabilidade tem por finalidade analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades. Seu propósito é demonstrar aos seus usuários, através de relatórios próprios, as informações sobre o acompanhamento dos negócios para a tomada de decisões (FAVERO, 1995).

Os usuários mencionados acima estão classificados em dois grandes grupos: os internos e os externos. Os usuários internos compreendem as pessoas da administração da empresa, e os externos constituem os demais usuários.

Na tabela 1 abaixo, Favero (1995) sintetiza a natureza básica das informações requisitadas pelos usuários da Administração:

Tabela 1 - Usuários dos da informação contábil.

Usuários	Informação contábil mais importante
Bancos e financiadores em geral	-Considera a capacidade de pagamento da empresa.
Entidades governamentais	-Ao emprestar o dinheiro, sua preocupação principal é que a empresa tenha uma geração de caixa futura suficiente para pagar, com segurança, o capital emprestado mais os seus juros.
Acionista ou cotista minoritário	-O lucro tributável, produtividade e valor adicionado.
	-Retorno sobre o capital investido. Normalmente, eles esperam que a empresa tenha condições de manter um fluxo regular de distribuição de lucros.
Empregados	-Fluxo de caixa capaz de assegurar à empresa condições de boa remuneração.
Sindicatos	-Fluxo de caixa futuro e rentabilidade.
Administração	-Rentabilidade e capacidade de pagamento.

Fonte: Fávero (1995).

Ao longo dos séculos, as informações produzidas pela Contabilidade, sob a forma de relatórios, foram estruturadas em conceitos que permitem aos usuários entender as atividades da organização. Essas informações originaram os denominados relatórios contábeis, também conhecidos como informes contábeis.

Conforme Iudícibus (2008), os relatórios contábeis expõem de forma resumida e ordenada os dados colhidos pela Contabilidade. Eles relatam às pessoas, que utilizam os dados contábeis, os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. Eles são classificados em relatórios obrigatórios e não obrigatórios.

1.1 Relatórios contábeis obrigatórios

Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76, alterada pela Lei nº. 11.638/07). Esses relatórios, também conhecidos como Demonstrações contábeis ou financeiras, são utilizados pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governos e a comunidade em geral. Suas principais demonstrações contábeis são as seguintes:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração de resultado do exercício;
- Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração do valor adicionado, se companhia aberta.

A lei estabelece que a companhia fechada que tiver o patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), não será obrigada a elaborar e publicar a demonstração dos fluxos de caixa.

As referidas demonstrações deverão ser assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados e publicadas em dois jornais (Diário Oficial e em um jornal de grande circulação). Além disso, as demonstrações de cada exercício devem ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. Ademais, poderão ser publicadas adotando-se como expressão monetária o “milhar” de real (eliminando-se os três últimos dígitos).

Além desses relatórios, as companhias devem também elaborar e divulgar: o Relatório da diretoria, contemplando os principais fatos ocorridos no exercício e os planos da empresa para os próximos exercícios; as Notas explicativas, esclarecendo a situação patrimonial e dos resultados; e o Parecer dos auditores independentes para as companhias abertas.

A figura 2 abaixo apresenta o modelo para publicação das referidas demonstrações financeiras:

Figura 2: Modelo para publicação das demonstrações financeiras e evidenciações.

Denominação da empresa CNPJ – Tipo de sociedade
Relatório da Administração

Demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
ATIVO		PASSIVO e PL		Receita Bruta		Data
Data			Data			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PL OU DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E DO VALOR ADICIONADO		
	Data			Data	

Notas explicativas

Administradores

(Assinatura)

Parecer da auditoria

Contabilista

(Assinatura)

Pela legislação do Imposto de Renda, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada deverão seguir parte dos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Embora não seja necessária a publicação das Demonstrações financeiras, as empresas “limitadas” deverão estruturar suas demonstrações nos moldes da Lei das Sociedades por Ações. Essas empresas e outros tipos societários deverão apresentar ao Imposto de Renda três demonstrações financeiras:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração de resultado do exercício;
- Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.



Vá ao ambiente **virtual**
e realize as atividades
referente a esta unidade.

1.2 Relatórios contábeis não obrigatórios

Os relatórios contábeis não obrigatórios, embora não sejam exigidos por lei, possuem a mesma importância dos obrigatórios. Alguns são imprescindíveis para a administração. Entre esses relatórios se destacam os orçamentos e as demonstrações financeiras. Os orçamentos (financeiro, operacional e de capital) são utilizados para as tomadas de decisão na empresa e as demonstrações financeiras para fins gerenciais, pois possibilitam uma boa administração das empresas (Iudícibus, 2008).

2

Balanco patrimonial

Síntese:

Nesta unidade estudamos o conceito, o objetivo e os componentes do balanço patrimonial, além dos critérios de classificação das contas em seus grupos fundamentais e a mensuração dos elementos patrimoniais.

2.1 Balanço patrimonial

Conforme mencionado anteriormente, o patrimônio compreende as riquezas de propriedade de uma entidade. A demonstração do Balanço patrimonial reflete a posição do conjunto patrimonial e a situação financeira da empresa em dado momento.

Padoveze (2006) observa que os itens considerados como riquezas pela civilização são aqueles que possuem características de utilidade, raridade, fungibilidade, isto é, possuem a característica de troca. Eles são tangíveis quando podem ser movimentados e trocados fisicamente. Para o autor, as riquezas mais representativas de um patrimônio são os bens. Portanto, em uma definição primária, o patrimônio é o conjunto de bens de uma pessoa ou entidade jurídica. O autor acrescenta que, no decorrer da história, o conceito de riqueza incorporou aos bens físicos de propriedade, o conjunto de direitos que uma pessoa ou entidade jurídica possui em relação a terceiros. São exemplos comuns de direitos de pessoas física e jurídica: o saldo da conta corrente bancária; as aplicações financeiras; o imposto de renda a restituir; as promissórias e demais contas a receber.

Ainda segundo Padoveze, concomitante ao surgimento de um direito de alguém nasce a obrigação da pessoa a quem foi transferido o bem ou o direito de devolvê-lo, conforme o contratado. Ele acrescenta que uma pessoa possui direitos e também obrigações. Portanto, o conjunto patrimonial deve também incorporar, aos bens e direitos, as eventuais obrigações da pessoa ou entidade jurídica. Ele destaca entre as obrigações mais conhecidas as contas e promissórias a pagar, os empréstimos de pessoas físicas ou de bancos e o imposto de renda a recolher. Com essas informações, o autor define patrimônio como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

Os bens e os direitos são riquezas e, por este motivo, considerados elementos patrimoniais positivos, pois todos desejam possuí-los. Enquanto as obrigações representam elementos patrimoniais negativos, que impõem um reclamo de um terceiro até a sua liquidação.

A explicação acima é ilustrada pelo autor com o seguinte exemplo: Suponhamos que uma pessoa tenha um carro no valor de R\$ 30.000,00, um saldo bancário em conta corrente no valor de R\$ 1.000,00 e uma casa no valor de R\$ 120.000,00, sendo que esta foi financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), restando ainda uma dívida a preços correntes avaliada em R\$ 80.000,00. O patrimônio dessa pessoa seria composto da seguinte forma:

Bens e direitos

1 casa	R\$ 120.000
1 carro	R\$ 30.000
Saldo bancário	R\$ 1.000
Patrimônio bruto	R\$ 151.000

Obrigações

Financiamento (SFH)	<u>(R\$...80.000)</u>
Patrimônio líquido	R\$ 71.000

No exemplo acima, observa-se um patrimônio bruto no total de R\$ 151.000,00. Se dele deduzirmos a obrigação (dívida) de R\$ 80.000,00, restará um montante líquido de R\$ 71.000,00. Esse resíduo recebe o nome de patrimônio líquido.

Como se pode constatar, o conceito de patrimônio líquido é estritamente contábil e surgiu da atribuição de sinais aritméticos aos elementos patrimoniais. Aos bens e direitos foi atribuído o sinal de positivo (+) e às obrigações o sinal de negativo (-). Dessa forma, o patrimônio líquido é o resultante da somatória de elementos patrimoniais positivos, diminuída dos elementos patrimoniais negativos (PADOVEZE, 2006).

Portanto, patrimônio líquido significa a sobra, o resíduo dos elementos patrimoniais, representado pelo excedente do valor de bens e direitos aos valores das obrigações. Também há a possibilidade de um patrimônio líquido negativo, quando o valor das obrigações excede o valor dos bens e direitos.

Padoveze (2006) destaca que no desenvolvimento da ciência contábil, a criação da demonstração contábil (ou financeira) é a que melhor evidencia o patrimônio das entidades e das pessoas. Como os bens e direitos possuem características similares, eles foram alocados do lado esquerdo da demonstração. Os demais elementos patrimoniais, como obrigações e patrimônio líquido, foram colocados do lado direito, formando uma equação de igualdade patrimonial.

O lado esquerdo da equação é convencionalmente denominado Ativo, e o direito de Passivo. O conjunto dos dois constitui o Balanço patrimonial. Para Padoveze (2006), a palavra balanço está empregada no sentido de equilibrar os lados da equação. Dessa forma, o valor total dos passivos deve ser igual ao valor total dos ativos. O ativo compreende os elementos patrimoniais positivos, ou seja, os bens e direitos. Por sua vez, o passivo engloba os elementos patrimoniais negativos (as obrigações) e também evidencia a riqueza efetiva, que é o patrimônio líquido.

De forma similar, Szuster et al (2008) expõem que o Balanço patrimonial é formado por três componentes: ativo, passivo e patrimônio líquido. Eles salientam que a composição financeira desse relatório é refletida pela relação entre os três componentes. Em função disso, o termo balanço indica o equilíbrio entre eles, conforme demonstra a equação:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}.$$

A equação, ainda segundo os autores, pode ser entendida por meio do conceito de Origens e Aplicações, em que o Passivo e o Patrimônio Líquido representam as fontes de recursos – origens – obtidas pela empresa. O Ativo indica a destinação – aplicações – desses recursos, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1 - Composição resumida do Balanço patrimonial.

APLICAÇÕES	ORIGENS
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Szuster et al (2008).

Como se pode observar, o balanço patrimonial é um relatório contábil com informações que representam os valores dos bens, dos direitos e das obrigações do empreendimento em um dado momento, divulgando a situação líquida. Desse modo, pode ser definido “[...] como a representação estática do patrimônio de uma entidade” (IUDÍCIBUS, 2008, p 59). Ele é considerado um importante instrumento para análise da estrutura de capital e da capacidade de pagamento da empresa.

Quanto à composição do Balanço patrimonial, os seus elementos compreendem as seguintes ações: o ativo, as aplicações de recursos como bens e direitos; o passivo, as exigibilidades e obrigações; o patrimônio líquido, a diferença entre o ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

O quadro 2 abaixo mostra a composição resumida do citado relatório:

Quadro 2 - Composição resumida do Balanço patrimonial.

Balanço patrimonial	
Ativo	Passivo
- Bens - Direitos	- Obrigações - Patrimônio líquido

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Conforme se visualiza acima, na coluna esquerda são colocados os elementos do Ativo, constituído pelos recursos que possibilitam a

administração da empresa executar os fins propostos para a organização. Tais recursos compreendem os bens e direitos de propriedade da organização, expressos em moeda. Eles representam os benefícios presentes ou futuros para a mesma.

Para que um recurso seja considerado ativo é necessário preencher simultaneamente quatro características:

- A) Bens ou direitos;
- B) Propriedade;
- C) Mensurável em dinheiro;
- D) Benefícios presentes ou futuros.

Vejamos o significado de cada uma dessas características. É considerado bem todo o material, móvel ou imóvel, de que a organização dispõe e com o qual executa suas atividades. São exemplos de bens: os estoques de mercadorias ou produtos, veículos, máquinas, ferramentas, imóveis, entre outros.

Já os direitos são valores de propriedade da empresa e que temporariamente estão em poder de terceiros. Tais valores podem ser decorrentes ou não da atividade principal da organização e que podem ser convertidos em dinheiro em prazo imediato ou futuro. Eles são representados por duplicatas e notas promissórias a receber, valores e bens, marcas e patentes, etc.

A propriedade constitui o direito de usar, gozar e dispor de bens, isto é, “[...] ter o legítimo poder de decidir sobre o destino do objeto em questão” (FAvero, 1995, p. 62).

Quanto à característica mensurável em dinheiro, ela está relacionada à capacidade de geração de caixa do bem ou direito. Devido ao fato de um bem ou direito apresentar valor comercial, ele pode ser avaliado em dinheiro.

Os benefícios presentes ou futuros representam os bens e direitos que podem trazer benefícios no presente ou no futuro para a organização, ou seja, são os que apresentam potencialidade de geração de caixa.

Na coluna da direita encontramos inicialmente o Passivo exigível, entendido como a origem de recursos financiados por terceiros, compreendendo as obrigações (dívidas) assumidas pela organização perante terceiros. Além dos recursos provenientes de seus fundadores e decorrentes de resultados positivos de suas transações, a organização necessita de fundos advindos de outras fontes. São exemplos de terceiros os valores a pagar aos fornecedores de mercadorias ou matéria-prima a prazo, as dívidas de financiamentos obtidos nas instituições financeiras, os impostos a pagar, os empréstimos, etc.

Logo após o passivo exigível, encontramos o patrimônio líquido (PL) formado pelos recursos dos fundadores da organização. O início de qualquer empreendimento necessita de um capital inicial, constituído pela transferência da poupança dos fundadores para a organização. Esses recursos correspondem aos bens ou direitos que ingressam no ativo a título de aplicações de recursos, formando dessa forma o Patrimônio líquido. Assim como o Passivo, o Patrimônio líquido representa origem de recursos, formado pelo financiamento dos sócios da entidade, na forma de capital, e também pelos lucros retidos (Szuster et al, 2008).

Dessa forma, uma empresa é constituída com a transferência de recursos econômicos de uma ou mais pessoas físicas para uma entidade artificial. Pela vontade dessas pessoas é criada legalmente como pessoa jurídica. Somente após a autorização pela lei, uma empresa passa a existir como pessoa jurídica, com as suas regras básicas estipuladas no estatuto ou contrato social acordado pelos seus fundadores.

A partir do momento em que a empresa passa a funcionar, ela “age” por meio de seus donos, administradores ou diretores como se fosse uma pessoa física. Como qualquer outra entidade jurídica, a empresa deve prestar contas de suas atividades aos diversos órgãos governamentais. Deve também recolher todos os tributos em que se enquadra, incluindo os tributos e obrigações para e com seus empregados (Padoveze, 2006, p. 60).

Para um melhor entendimento do assunto, considere o seguinte exemplo:

Suponhamos que duas pessoas resolvam constituir uma indústria de pães. Após obter informações sobre o que irão necessitar para montar esse empreendimento, elas chegam à conclusão que necessitarão de R\$ 100.000,00, sendo que uma dessas pessoas possui as máquinas para fabricar os pães, avaliadas em R\$ 30.000,00.

Veja no quadro 3 abaixo como essas transações apareceriam no Balanço patrimonial:

Quadro 3 - Composição do Balanço patrimonial após o ingresso de capital.

Balanço patrimonial			
Ativo		Passivo	
Bens		Obrigações	
- Caixa (dinheiro)	R\$ 70.000	- Contas a pagar	-0-
- Máquinas	R\$ 30.000		
Direitos		Patrimônio líquido	
- Contas a Receber	-0-	- Capital	R\$ 100.000
Total	R\$ 100.000	Total	R\$ 100.000

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Como se observa, o montante de R\$ 100.000,00 aplicados no ativo corresponde aos recursos próprios dos fundadores da organização. Eles resolveram investir em um negócio, na expectativa de obter um maior retorno de seu capital. Portanto, sob a ótica financeira, tem-se do lado direito do Balanço patrimonial a origem dos recursos, que pode ser de terceiros (obrigações) ou dos proprietários (capital), e do lado esquerdo as aplicações dos recursos.

Continuando o exemplo anterior, suponhamos agora que os proprietários resolvessem comprar mercadorias para revender no total de R\$ 50.000,00, sendo metade a vista e metade a prazo.

Veja no quadro 4 abaixo de que forma essas transações seriam refletida no Balanço patrimonial:

Quadro 4 - Composição do Balanço patrimonial após a compra de mercadorias.

Balanço patrimonial			
Ativo		Passivo	
Bens		Obrigações	
- Caixa (dinheiro)	R\$ 45.000	- Contas a pagar	-0-
- Máquinas	R\$ 30.000	- Fornecedores	R\$ 25.000
- Mercadorias	R\$ 50.000		
Direitos		Patrimônio líquido	
- Contas a receber	-0-	- Capital	R\$ 100.000
Total	R\$ 125.000	Total	R\$ 125.000

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

De um montante de R\$ 70.000,00 existentes no caixa, foram gastos R\$ 25.000,00 para pagar parte das mercadorias compradas, restando R\$ 45.000,00. Por outro lado, foram aplicados recursos na aquisição de mercadorias no valor de R\$ 50.000,00, sendo que metade desse montante corresponde aos recursos próprios que estavam no caixa e a outra metade aos recursos de terceiros, com dívidas assumidas no valor de R\$ 25.000,00.

Agora que você já sabe quais os elementos básicos que compõem o Balanço patrimonial, podemos passar para outra etapa que é compreender como são agrupadas as contas integrantes do ativo, passivo e Patrimônio líquido. Esse procedimento visa facilitar a interpretação e análise do Balanço patrimonial, pois segundo Iudícibus (2008, p. 25), se “[...] demonstrássemos um Balanço Patrimonial cujo Ativo fosse um ‘amontoado de contas de Bens e Direitos’ (de forma heterogênea), teríamos dificuldades em ler, interpretar e analisar” o citado relatório.

Daí a razão de se apresentar o Balanço patrimonial agrupando-se as contas de mesmas características, isto é, separando grupos de contas homogêneos entre si. Um exemplo é a reunião em um único grupo, denominado Disponível, das contas Caixa e Bancos (depósitos da empresa em conta corrente bancária). É preciso salientar que o procedimento para realizar a distribuição de contas leva em conta duas regras básicas que são: prazo e grau de liquidez decrescente.

Em Contabilidade, curto prazo significa normalmente o período de um ano, contados da data do levantamento das Demonstrações financeiras. Assim, as contas a receber em até um ano constantes do Balanço patrimonial, elaborado em 31.12.XA, deverão ser agrupadas em um mesmo título do ativo, chamado curto prazo. As que serão recebidas após um ano serão reunidas em um mesmo título do ativo, só que no longo prazo. O mesmo procedimento ocorrerá com os componentes do passivo: as contas a pagar até o final do ano seguinte ao fechamento do balanço (31.12.XB) serão agrupadas no título curto prazo; e as a pagar em um prazo superior a um ano no título longo prazo.

O grau de liquidez diz respeito ao tempo necessário para se vender e receber um bem ou direito. Segundo Iudícibus (2008), o termo liquidez vem do verbo liquidar que significa liquidar dívidas, pagar os compromissos. O dinheiro é o item de maior liquidez porque já está disponível para ser usado pela entidade. Um terreno possui pouca liquidez, uma vez que o prazo para se vender e receber é demorado.

O Balanço patrimonial começa relacionando os bens e direitos que a empresa transformará em dinheiro, ou seja, que receberá em curto prazo, confrontando as obrigações que serão pagas em curto prazo. Por isso, os itens de maior liquidez são classificados em primeiro lugar e os de menor por último.

Quadro 5 - Representação dos itens de curto prazo.

Ativo	Passivo
-Itens que constituem dinheiro ou que podem ser transformados em dinheiro rapidamente (curto prazo).	-Todas as contas que serão pagas rapidamente, a curto prazo, ou em até um ano.

Fonte: Iudícibus (2008).

Vamos passar agora ao entendimento do que significa **ativo e passivo circulante**. Como você pode perceber as contas recebidas e pagas rapidamente se renovam constantemente. Por estarem em constante giro, por essa razão foi dado o nome de **Circulante** (corrente), tanto para o ativo como para o passivo.

O próximo grupo é constituído pelas contas que a empresa espera muito tempo para receber (ativo), confrontando com as contas que ela demora muito para pagar (passivo). O quadro 6 ilustra essa situação econômica:

Quadro 6 - Representação dos itens de curto prazo e longo prazo.

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
<u>-Recebe rapidamente.</u>	<u>-Pode ser pago rapidamente.</u>
-Recebe lentamente, a longo prazo.	-Demora muito tempo para pagar.

Fonte: Iudícibus (2008).

Como a empresa espera muito tempo para receber e também para pagar, o grupo do que se tem a receber foi denominado de Realizável a longo prazo e os valores a pagar de Exigível a longo prazo. Enquanto os valores a pagar originam-se de obrigações assumidas pela entidade perante terceiros, os valores a receber decorrem da venda de bens e recebimento de direitos.

Agora vamos entender o terceiro grupo de contas que é o do Ativo permanente. Ele é constituído pelos bens e direitos que a empresa não pretende vender, pois os mesmos destinam-se ao uso e à renda. Como eles permanecem muito tempo dentro da empresa, são denominados de permanente.

No Passivo circulante são classificadas as obrigações que serão pagas rapidamente e no Exigível a longo prazo as que demorarão a pagar. Existe ainda um terceiro grupo denominado de Patrimônio líquido em que são classificadas as obrigações da entidade para com os proprietários, isto é, a obrigação de devolver as quantias investidas inicialmente na empresa a título de capital. Também são classificados os lucros decorrentes da remuneração do capital que a empresa está utilizando em suas operações. Todavia, no caso do capital, a empresa não precisa pagar enquanto a estiver em continuidade.

O quadro 7 ilustra os principais agrupamentos de conta do Ativo e do Passivo:

Quadro 7 - Representação dos grupos de contas do ativo e passivo.

Ativo	Passivo
Circulante -O que pode ser transformado em dinheiro rapidamente. Realizável a longo prazo -É o que se espera muito tempo para receber. Permanente -É destinado ao uso, não se vende e não se recebe.	Circulante -Será pago rapidamente, a curto prazo. Exigível a longo prazo -É o que demora muito tempo para pagar. Patrimônio líquido -Não precisa pagar enquanto a empresa estiver em continuidade.

Fonte: Iudícibus (2008).

2.1.1 Grupo de contas do ativo

Conforme mencionado anteriormente, no ativo são incluídos os seguintes grupos de contas: Ativo circulante; Ativo realizável a longo prazo e Ativo permanente.

No ativo circulante são classificados os bens e direitos já convertidos em dinheiro e os que podem se transformar em dinheiro até o término do exercício social seguinte. Os itens com direito a utilização imediata, como numerário em caixa e valores mantidos em bancos, são classificados em um subgrupo denominado de disponível.

Os valores a receber decorrentes de venda a prazo e outras operações a prazo são denominados direitos. Também são direitos os valores aplicados em instituições financeiras, com prazo de resgate inferior a um ano.

No caso de empresas comerciais, são incluídas no Ativo circulante, em um subgrupo denominado estoque, as mercadorias adquiridas de terceiros, destinadas à revenda. No caso das indústrias, são classificadas no estoque as matérias-primas, os produtos em elaboração, os produtos acabados, o material de embalagem, bem como outros itens adquiridos para o almoxarifado.

Em um quarto subgrupo, denominado de Despesas do exercício seguinte, estão classificadas as aplicações de recursos em despesas cujo benefício ainda não foi recebido.

Dessa forma, o Ativo circulante é composto pelos grupos: das disponibilidades, dos direitos realizáveis no exercício social subsequente (contas a receber, aplicações financeiras e estoques) e das aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, ou seja, no período de 12 meses após o encerramento do Balanço. Todos esses recursos serão utilizados nas atividades da empresa em um período máximo de 12 meses.

Por seu turno, no Ativo realizável a longo prazo são classificados os ativos de menor liquidez, isto é, os que se transformam em dinheiro mais lentamente que no Circulante. Nesse grupo estão incluídos os itens que serão realizados após o término do exercício social seguinte, ou seja, num período superior a 12 meses após o encerramento do Balanço patrimonial. A classificação do Ativo realizável a longo prazo deve levar em conta dois critérios:

a) Prazo de realização: São direitos a receber oriundos de transações efetuadas, cujo vencimento ocorrerá no exercício social seguinte, bem como as despesas pagas ou contratadas, mas ainda não efetuadas. Nesse grupo estão incluídos dois subgrupos: os Direitos (recebíveis após um ano) e as Despesas do exercício seguinte. Essas despesas são formadas pela aplicação de recursos semelhantes aos constantes no Ativo circulante, embora com prazo superior a um ano para usufruir do benefício;

b) Pessoa do devedor: São os direitos derivados de adiantamentos, empréstimos e vendas à administradores, sociedades coligadas (uma empresa que participa com 10% ou mais do capital social da outra sem maioria das ações votantes) e sociedades controladas (participação de uma empresa no capital social da outra com maioria das ações votantes). Nesse critério estão incluídos os adiantamentos, os empréstimos e vendas às pessoas vinculadas a empresa.

O critério acima decorre da Lei Societária, artigo 179, que estabelece a obrigatoriedade de reconhecimento no Realizável a longo prazo dos direitos derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia (SZUSTER et al, 2008).

No ativo permanente são classificadas as aplicações de recursos que a entidade não espera transformar diretamente em dinheiro. O retorno de sua aquisição ocorre por meio de sua utilização. Portanto, são os bens e direitos não destinados à transformação direta em meios de pagamento e cuja perspectiva de permanência na empresa ultrapassa um exercício. Esses bens e direitos serão classificados nos seguintes subgrupos:

a) Investimentos: são constituídos pelas participações permanentes no capital social de outras sociedades e outros direitos permanentes que não se destinam à manutenção das atividades da sociedade;

b) Imobilizado: são os direitos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade. Incluem também os direitos decorrentes de operações que transferem à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, tais como: móveis e utensílios; instalações; máquinas e equipamentos terrenos; edifícios e construções em andamento;

c) Diferido: são as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. São despesas que não configuram somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. Como exemplo, podemos citar os gastos pré-operacionais e os gastos com pesquisas e desenvolvimento;

d) Intangível: são os direitos constituídos por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. São exemplos desse tipo o fundo de comércio, os direitos autorais, as marcas e as patentes.

2.1.2 Grupo de contas do passivo

Como colocado anteriormente, o Passivo compreende as obrigações da companhia, contraídas junto à outra(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente. Os itens do Passivo estão agrupados em: Passivo circulante exigível a longo prazo e Patrimônio líquido.

No Passivo circulante (PC) estão incluídas as obrigações cuja liquidação ocorrerá dentro dos 12 meses seguintes à data final do Balanço. Como exemplo, podemos citar os fornecedores, os empréstimos, os impostos a pagar e os encargos sociais a recolher.

No Exigível a longo prazo (PELP) são classificadas as obrigações com fornecedores e empréstimos a longo prazo, com vencimento após o término do exercício social seguinte à data do Balanço.

Portanto, quando as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos, vencerem no exercício seguinte, elas serão classificadas no Passivo circulante. Quando vencerem em prazo maior, elas serão colocadas no Passivo a longo prazo.

O Patrimônio líquido (PL), ao lado do Passivo, constitui uma obrigação não exigível. Nele são classificados os recursos dos acionistas, composto pelo capital social, reservas de capital, reservas de lucros ou prejuízos acumulados. Os subgrupos do Patrimônio líquido do Passivo são formados pelo: Capital social e Reserva de capital.

O Capital social é constituído pelo montante subscrito (compromisso de integralizar para empresa) e pela parcela ainda não realizada (subscrito, mas não integralizado).

A Reserva de capital é formada pelas contas que registrarem as seguintes situações econômicas:

Ágio na colocação de ações: É descrito na Lei Societária como sendo a contribuição do subscritor que ultrapassa o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal. Inclui também a que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição: São registrados como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado;

Ajustes de avaliação patrimonial: São as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído aos elementos do Ativo (ajustes decorrentes de novas avaliações patrimoniais). São classificadas nesta conta enquanto não forem computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência;

Reservas de lucros: São as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia (retenção de parte dos lucros para determinada finalidade). Essas contas serão denominadas conforme a natureza da ação: (a) reserva legal, quando corresponder a 5% do lucro líquido e limitado a 20% do capital social; (b) reservas para contingências, quando suprir as perdas futuras com geadas; (c) reserva de lucros a realizar, quando formada pelo lucro na venda de imobilizado a longo prazo e pela receita de equivalência patrimonial; (d) reservas estatutárias, quando constituída pela retenção de lucros prevista nos estatutos da empresa;

Lucros ou prejuízos acumulados: São as contas de caráter transitório, que reconhece o lucro líquido do período, as apropriações e

reversões de reservas e a distribuição dos lucros. Esse tipo de conta não deverá apresentar saldo no final do exercício.

Ainda no Patrimônio líquido estão classificadas as ações de própria emissão da entidade que ela recompra no mercado. Essas ações devem ser destacadas no Balanço como dedução da conta do patrimônio líquido.

Como você pode observar, o Balanço patrimonial divide-se em grupos de contas de mesmas características de modo a facilitar a sua leitura, interpretação e análise. Tanto os grupos quanto as contas são apresentados em ordem de liquidez decrescente (conversão em dinheiro). O quadro 8 ilustra as contas do Balanço patrimonial, conforme classificação apresentada:

Quadro 8 - Representação dos grupos de contas do ativo e passivo.

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Circulante -São contas que estão em constante giro. Sua conversão em dinheiro será, no máximo, no próprio exercício social. Realizável a longo prazo -São bens e direitos que podem ser transformados em dinheiro um ano após o levantamento do balanço. Permanente -São bens e direitos que não se destinam à venda e têm vida útil longa, no caso de bens. Investimento -São as inversões financeiras de caráter permanente que geram rendimentos e que não são necessários à manutenção da atividade básica da empresa. Imobilizado -São itens de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa. Diferido -São as aplicações que beneficiarão os resultados de exercícios futuros.	Circulante -São obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social, ou seja, nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço. Exigível a longo prazo -São as obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano. Constituem as dívidas a longo prazo. Patrimônio líquido -São os recursos dos proprietários aplicados na empresa. São formados pelo capital mais os seus rendimentos - lucros e reservas.

Fonte: Iudícibus (2008).

2.1.3 Como utilizar as informações do Balanço na tomada de decisões

Após compreender o objetivo e composição do Balanço patrimonial, veja como você poderá utilizá-lo na tomada de decisão. Para apresentar alguns aspectos importantes na leitura dos componentes integrantes do Balanço patrimonial, vamos utilizar os ensinamentos de Iudícibus (2008).

O primeiro ensinamento se concentra no Passivo, devido à importância em se avaliar a estrutura de Capital, composta de Capital de terceiros (PC+PELP) mais Capital próprio (PL). Segundo Iudícibus (2008), quanto maior for o Capital de terceiros, maior será a quantidade

de dívida da empresa. Na análise do Capital de terceiros é preciso identificar o prazo e o custo da dívida. Ademais, é preciso saber que representam fontes de recursos e financiamentos constituídos por Capitais de terceiros (Passivo circulante + Exigível a longo prazo) e por Capitais próprios (Patrimônio líquido).

O autor também chama a atenção para os indicadores de endividamento constantes no Passivo. Ele destaca que esses indicadores informam se a empresa utiliza mais recursos de terceiros ou dos proprietários. Também menciona a necessidade de identificar se os Recursos de terceiros apresentam vencimento em maior parte a curto prazo (Circulante) ou a longo prazo (Exigível a longo prazo).

Também é preciso observar no Passivo a qualidade da dívida. Geralmente, as dívidas de longo prazo são melhores que as de curto prazo. Elas além de apresentar um maior tempo para pagar, são menos onerosas, porque seus juros são mais baratos.

O segundo aspecto mencionado por Iudícibus se refere ao Ativo circulante, também conhecido como Ativo corrente. O autor argumenta que, mesmo não havendo unanimidade, o Circulante, tanto do Ativo quanto do Passivo, é entendido como sendo o Capital total em giro ou simplesmente Capital em giro. Por isso, o termo é convencionalmente chamado de Ativo Circulante de capital de giro. As duas expressões são facilmente assimiladas: a primeira designa as contas com valores correntes (não fixos); e a segunda, contas que estão constantemente em giro, em movimento.

O autor observa que é preferível um Ativo Circulante maior que um Passivo circulante. Isso porque enquanto o Passivo circulante representa as obrigações a pagar, o Ativo circulante significa dinheiro (Caixa e Bancos) e valores que podem se transformar em dinheiro (Duplicatas a receber e Estoques).

O autor menciona que mesmo o Ativo circulante seja maior que o Passivo circulante, a empresa pode encontrar dificuldades em pagar as suas obrigações. Isso ocorrerá se as dívidas vencerem com maior rapidez do que os valores que se transformarão em dinheiro. Isto é, se os recebimentos da empresa forem efetuados de forma mais lenta em relação aos vencimentos das Contas a pagar. Tal fato pode levar a empresa a pedir empréstimos, descontos de duplicatas, etc. Isso reforçará o seu Caixa e possibilitará cobrir compromissos vincendos, recorrendo ao Capital de giro.

Outra informação importante que deve ser observada no Balanço patrimonial é a relacionada ao Capital circulante líquido (CCL), que corresponde ao Ativo circulante menos o Passivo circulante. O seu resultado evidencia a parte do Ativo circulante que não está comprometida com o Passivo circulante.

O exemplo abaixo explicita a situação mencionada:

Vamos admitir que uma empresa tenha um Ativo circulante de R\$ 1.000.000,00 e um Passivo circulante de R\$ 600.000,00. Se a empresa pagar todo o seu Passivo circulante (na hipótese de ter dinheiro suficiente em Caixa), ainda sobrarão R\$ 400.000,00 “ CCL. Isso significa que os R\$ 400.000,00 não estão comprometidos com as dívidas da empresa. Observe que, pelo fato de a empresa possuir uma parcela que não será utilizada para pagamento de dívida, ela apresenta uma situação financeira favorável. Em termos estritamente econômicos, quanto maior for o CCL maior será a flexibilidade financeira da empresa.

Quadro 9 - Representação dos grupos de contas do ativo e passivo.

ATIVO		PASSIVO e PL	
R\$ 1.000	Circulante	Circulante	R\$ 600
	R\$ 400		
R\$ 1.000			R\$ 1.400
	TOTAL \$ 2.000	TOTAL \$ 2.000	

CCL = Ativo circulante (-) Passivo circulante

CCL = R\$ 1.000 (-) R\$ 600

CCL = R\$ 400

Fonte: Iudícibus (2008).

Iudícibus (2008) salienta que, em alguns setores do mercado financeiro, o Capital circulante líquido é conhecido como Capital de giro próprio (CGP) ou Capital de giro próprio de curto prazo. Portanto, CCL e CGP podem significar a mesma coisa.

Por seu turno, o Ativo circulante é conhecido como Capital de giro. Dessa forma, a parte do Capital de giro (Ativo circulante) que não estiver comprometida com terceiros (Passivo circulante) será da própria empresa. Por isso, a expressão Capital de giro próprio. Podemos dizer que o Capital de giro próprio representa a saúde da empresa.

A situação financeira será favorável para indústria e o comércio quando o Ativo circulante (AC) for maior que o Passivo circulante (PC). Com isso, a empresa conseguirá pagar tranquilamente suas contas. Ao contrário, quando o PC for maior que o AC, a situação financeira será desfavorável tanto para a indústria quanto para o comércio.

Quanto ao grupo de contas do Ativo permanente, ele representa os bens e os direitos de uso da empresa. É por meio da utilização do Permanente e outros Ativos que a empresa obtém lucro na sua atividade operacional. Em razão disso, o volume de aplicações no Permanente varia de empresa para empresa, de acordo com o seu ramo de atividade.

Normalmente as indústrias possuem Permanente de valor elevado, pois investem em bens de produção como máquinas, equipamentos, etc. Enquanto as empresas comerciais apresentam um Permanente de pequeno valor, uma vez que concentram seus investimentos na conta Estoque (Ativo circulante).

Iudícibus (2008m) menciona a existência de empresas que conseguem obter um bom rendimento com o seu Permanente. Enquanto outras, do mesmo ramo de atividade, precisam aumentar o investimento de recursos em seu Permanente.

Mesmo sendo difícil determinar um apropriado nível de investimentos no Permanente, sua meta almejada é conseguir o máximo de rendimento, investindo o mínimo possível.

O autor também menciona que é comum, atualmente, algumas empresas investirem em outras companhias para reduzir os seus riscos. Quando uma organização apresenta uma conta de investimento com valor alto no Balanço patrimonial, isso pode significar que realizou aplicações em outras empresas.

Outra prática que o autor menciona como adotada pelas empresas é a terceirização. Essa modalidade de atividade reduz o Permanente. Iudícibus (2008) destaca o exemplo da Nike, que não tem uma máquina produtiva no Brasil, uma vez que contrata terceiros para fabricar o seu produto.

Iudícibus (2008) menciona ainda os riscos que uma empresa corre ao financiar o Permanente com o Patrimônio líquido ou Exigível a longo prazo. Por ser um grupo de retorno lento, o financiamento do Permanente com Passivo circulante pode significar o enterro gradual do negócio.

Para exemplificar os seus ensinamentos, o autor apresenta uma empresa comercial hipotética, denominada de Cia. Itamar. Observe como ficaria o Balanço patrimonial dessa empresa, elaborado em 31-12-07:

Quadro 10: Balanço Patrimonial.

ATIVO			PASSIVO e PL		
	X7	X6		X7	X6
Circulante			Circulante		
Caixa	200	-	Fornecedores	100	-
Duplicatas a receber	300		Impostos a recolher	1.000	
Estoques	<u>500</u>	-	Outras dívidas	<u>100</u>	-
Total Circulante	1.000		Total Circulante	1.200	-
Realizável a LP			Exigível a LP		
Títulos a receber	100	-	Financiamentos	1.400	-
Permanente			Patrimônio líquido		
Investimentos	1.000	-	Capital	400	-
Imobilizado	500	-	Lucros		
Diferido	<u>500</u>	-	Acumulados	<u>100</u>	-
Total permanente	2.000	-		500	-
Total	3.100		Total	3.100	

Agora, responda as seguintes questões:

Qual é o Capital circulante líquido da empresa?

A empresa conseguirá, sem problemas, pagar as suas dívidas?

Pressuponha que a empresa esteja atrasando um tipo de obrigação.

Qual obrigação seria?

A composição do endividamento (Capital de terceiros) é boa?

As aplicações no Permanente são sensatas?

Você compraria ação dessa empresa? Por quê? Admita que as ações sejam muito baratas.

A proporção de Capital próprio em relação ao Capital de terceiros é boa?

Qual seria sua atitude se você fosse administrador dessa empresa?

O volume de investimentos dos sócios é satisfatório?

Respostas:

(a) Como se observa, o CCL será negativo em R\$ 200 (AC R\$ 1.000 – PC R\$ 1.200), uma vez que o Ativo circulante é menor que o Passivo circulante;

(b) Essa é a situação de uma empresa que não conseguirá pagar suas dívidas;

(c) Como o Ativo circulante é menor do que o Passivo circulante, a empresa atrasará os impostos. Observe que valor do Imposto a recolher é desproporcionalmente alto em relação aos Estoques e ao Ativo circulante;

(d) A empresa apresenta um endividamento muito elevado;

(e) Não, pois a empresa aplica demais no Ativo permanente. Uma empresa comercial deveria aplicar mais em Estoque;

(f) Para definir se compraria ações da empresa, Iudícibus (idem) diz que seria necessário comparar os seus pontos fracos e fortes. O principal ponto fraco identificado por ele é a situação financeira da empresa, uma vez que não consegue pagar as suas contas. Em contrapartida, o autor aponta duas alternativas que podem corrigir o problema: vender investimentos e/ou renegociar impostos. Outro ponto fraco identificado como ruim é o fato da empresa atrasar o pagamento de impostos, neste caso, o ICMS. Para o autor, a questão é avaliar se a empresa em situação financeira sofrível deveria optar em atrasar impostos ou dívidas, ou ainda recorrer aos bancos. Se a empresa atrasasse os fornecedores, ela não teria mais o que vender. Atrasar salário levaria a empresa à paralisação. Por sua vez, os juros bancários de curto prazo são elevados e absorveriam a margem de lucro de uma empresa comercial, que, normalmente é baixo. O autor coloca que, para uma empresa com situação financeira precária, atrasar impostos seria a alternativa menos prejudicial, pois no entendimento de grandes juristas, deixar de pagar impostos (ICMS e ISS) para arcar compromissos mais

urgentes não configura crime contra a ordem tributária. Para o autor, há diferença entre deixar de pagar os impostos, por absoluta falta de condições financeiras, e enganar o fisco. A prática criminosa ocorre quando são simuladas operações com a finalidade de sonegar impostos. Conforme esse raciocínio, situações de desespero podem forçar a empresa a tomar decisões menos prejudiciais. Em função disso, o ponto fraco negativo, pode ser utilizado como atenuante da situação.

Outro ponto fraco observado é a quantidade de endividamento que atinge 80%, quando a média brasileira é de 40% e a dos países em desenvolvimento é de 60%. Todavia, há um ponto forte neste item que é a qualidade da dívida, uma vez que mais da metade é de longo prazo. Por fim, é identificado outro ponto fraco que é o excesso de aplicação no item Investimentos permanente, já que se trata de uma empresa comercial. Todavia, poder-se-ia entender que a empresa está investindo em outras empresas e que esta seja numa espécie de holding mista, isto é, uma empresa constituída para administrar outras empresas além do seu próprio negócio. Em função desse entendimento, não poderíamos afirmar que ela é mal administrada pelo excesso de investimento no Ativo permanente.

Avaliando os pontos fracos em relação aos fortes, o autor afirma haver certo equilíbrio entre ambos. Contudo, ele chama a atenção para outro argumento que desempataria esse equilíbrio: a análise da rentabilidade da empresa. Por meio desta análise, seria possível constatar que o Patrimônio líquido registra um lucro de R\$ 100, cujo valor é considerado relevante perto dos investimentos dos sócios: $(R\$ 400) - 100/400 = 25\%$ de retorno do Patrimônio líquido. Em função disso, é possível inferir que quando uma empresa não se encontra em situação deficitária, isso é positivo. Isso significa que a aquisição de milhões de ações por um valor baixo poderia trazer grandes lucros para o investidor;

Vá ao ambiente **virtual** e realize as atividades referente a esta unidade.



(g) Considerando que o Capital de terceiros é de R\$ 2.600,00 e o total do Passivo é de R\$ 3.100,00, a proporção é de 84%. O que significa que a empresa aplica demais no Ativo permanente;

(h) Uma empresa comercial deveria aplicar mais em Estoque.

3

Demonstração de resultado do exercício

Síntese:

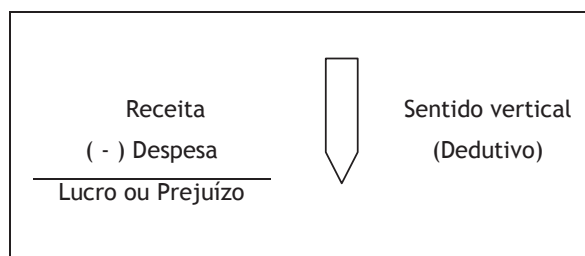
Nesta unidade estudamos o conceito, a finalidade e a estrutura da **Demonstração de Resultado do Exercício** (DRE), enfatizando a classificação das receitas, custos e despesas incorridos pela organização em determinado exercício, de acordo com as atividades por ela desenvolvidas.

3.1 Conceito e finalidade

O relatório denominado Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) é o responsável pela apresentação de um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa no período de 12 meses. Sua finalidade é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas dos seus elementos componentes, até o resultado final - lucro ou prejuízo.

Se o resultado líquido final da empresa for positivo, ela terá lucro, uma vez que representa um efetivo ganho. O seu destino é a remuneração dos sócios ou acionistas e manter e/ou desenvolver o patrimônio da empresa. Em contrapartida, se o resultado for negativo, a empresa terá prejuízo, devido à parcela de desgaste sofrido pelo patrimônio no período.

Figura 3 - Forma de apresentação da DRE.

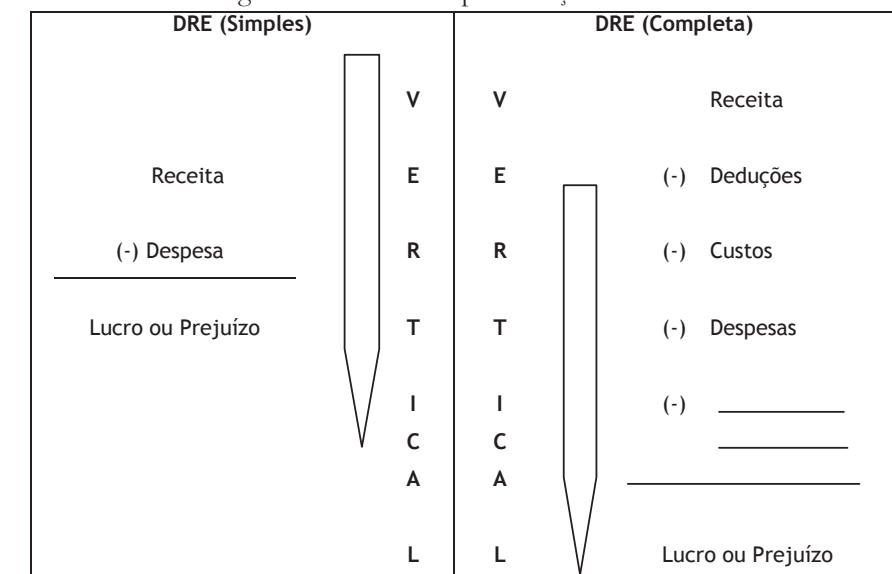


Fonte: Iudícibus (2008).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), o período de tempo para a elaboração do DRE é de 12 meses. A sua forma de apresentação deve ser a “vertical”, conforme ilustra a figura 3.

A DRE pode ser elaborada de duas formas: simples ou completa. A DRE simples apresenta o lucro, sem destacar os principais grupos de despesas, uma vez que se destina ao relatório das micro e pequenas empresas. Enquanto a DRE completa fornece informações detalhadas para a tomada de decisão, tais como: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaque dos impostos, etc. Observe ilustração na figura 4:

Figura 4 - Forma de apresentação da DRE.



Fonte: Iudícibus (2008).

3.2 Classificação

A DRE é subdividida em alguns tópicos como: lucro bruto; lucro operacional; resultados não operacionais; impostos e participações sobre o lucro; e resultado líquido. Veja estrutura exposta no quadro 11 abaixo:

Quadro 11 - Estrutura da DRE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Dez/XB R\$ mil	Dez/XA R\$ mil
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
-Vendas e serviços		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
- Impostos, devoluções e abatimentos s/ vendas		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
- Despesas com vendas		
- Despesas administrativas		
- Despesas tributárias		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
- Receitas financeiras		
- Despesas financeiras		
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
(=) RESULTADO OPERACIONAL		
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS		
(-) Provisão para a Contribuição Social (CSL) e PIR		
(-) Provisão para a o Imposto de Renda (PIR)		
(-) PARTICIPAÇÕES		
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Receita bruta das vendas e serviços

A Receita bruta compreende a soma de todos os valores das vendas, dos descontos comerciais constantes da nota fiscal, acrescida dos impostos cujo fato gerador seja a circulação de mercadorias ou a realização dos serviços ou a saída de produtos industrializados, decorrente da atividade principal. São consideradas no somatório tanto as vendas à vista como as financiadas. Não se inclui no somatório o valor das despesas acessórias cobradas na nota fiscal, como adicional ao preço total de vendas. Essas despesas recuperadas devem ser contabilizadas como retificadoras do valor das despesas operacionais de mesma natureza e no mesmo período de apuração.

O valor das vendas, cujas notas fiscais são objeto de cancelamento posterior dentro do mesmo exercício social, em face da devolução das mercadorias devem integrar o total da Receita bruta.

Todas as **atividades operacionais** (principais e acessórias) desenvolvidas pela empresa devem ser demonstradas pelo seu montante

Atividades operacionais:

são as principais atividades geradoras de receitas de uma empresa entre outras que não sejam de financiamento e ou de investimento.

bruto, de modo que fique consistente com o valor faturado aos clientes.

Deduções da receita bruta

É a redução efetuada no valor da Receita bruta para evidenciar o valor da Receita líquida. Ela é formada por componentes negativos, tais como: vendas canceladas; abatimentos concedidos sobre vendas; e impostos incidentes sobre vendas.

As vendas canceladas são aqui apresentadas pelo mesmo valor como foram consideradas no somatório da Receita bruta e representam o total das devoluções das vendas ocorridas no exercício social objeto da DRE.

Os abatimentos sobre vendas representam o montante dos abatimentos incondicionais concedidos sobre o valor de venda, devido aos pequenos defeitos constatados na mercadoria durante o seu recebimento (ou entrega fora da qualidade esperada). Para evitar devolução total da venda pelo cliente, a empresa concede abatimentos.

Os descontos condicionados não devem ser aqui registrados. Embora esses descontos sejam constantes no documento mercantil, para serem usufruídos, eles necessitam atender a observância de uma condição futura. Por exemplo, se o valor for pago até o décimo dia útil após a data de emissão da fatura, poderá ser concedido desconto de X%.

Essas modalidades de desconto sob condição são tratadas como despesas do período e classificadas com despesas financeiras.

Impostos incidentes sobre vendas

No momento de cada venda são gerados impostos proporcionalmente ao valor vendido. Quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto. Os impostos mais comuns são: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); o Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS). Por determinação da legislação fiscal, também se incluem o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS).

Conforme argumenta Iudícibus (2008), os impostos sobre vendas não pertencem à empresa, mas ao governo. Ela é uma intermediária que arrecada impostos junto ao consumidor e recolhe ao governo. Por isso, os impostos não devem ser considerados como receita real da empresa. Normalmente, quem paga esses impostos é o consumidor final e não a empresa.

Devoluções (vendas canceladas)

As devoluções são mercadorias devolvidas por estarem em desacordo com o pedido (preço, qualidade, quantidade, avaria). Quando um comprador se sente prejudicado em uma compra, ele procura devolver total ou parcialmente a mercadoria. Em alguns casos, a empresa vendedora tenta evitar a devolução e propõe em abatimento no preço para compensar o prejuízo do comprador. Tanto a devolução como o abatimento aparecem deduzidos na Receita bruta na DRE.

Vamos supor que a Companhia Desequilibrada vendeu R\$ 5.000.000,00 de mercadorias de má qualidade, metade para o comprador A e metade para B. A empresa A devolveu 20% do lote e a empresa B aceitou a proposta da Companhia Desequilibrada de 10% de abatimento para evitar devolução. Veja ilustração da situação no quadro 12:

Quadro 12 - Apuração da receita considerando as devoluções e abatimentos.

DRE Cia. Desequilibrada	
Receita bruta	\$ 5.000.000
(-) Deduções	
Devolução	\$ (500.000)
Abatimentos	\$ (250.000)
Receita líquida	\$ 4.250.000

Fonte: Iudícibus (2008).

O que interessa para a empresa é efetivamente a Receita líquida, que é o que sobra em termos de receita. As deduções são ajustes realizados sobre a receita bruta para apurar a receita líquida, portanto, elas não podem se consideradas como despesas.

O ajuste significa que não houve sacrifício financeiro ou esforço para obter a receita. Para melhor elucidar o que foi explicitado, observe o exemplo do quadro 12.

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida corresponde ao valor da receita bruta menos as suas possíveis deduções.

O quadro 13 abaixo ilustra o cálculo para se chegar à receita líquida na DRE:

Quadro 13 - Apuração da receita.

Receita bruta
(-) Deduções
Receita líquida

Fonte: Iudícibus (2008).

Custo das vendas

O custo das vendas representa o valor de fabricação dos produtos que serão vendidos. Conforme a modalidade da empresa, o custo representa diferentes situações: na empresa industrial são as mercadorias compradas e vendidas; na comercial, os serviços prestados, no caso de empresa que adicionalmente realiza serviços ou que seja exclusivamente prestadora de serviços. Não são incluídas as despesas comerciais administrativas, financeiras e as despesas gerais de administração que são entendidas como despesas do período, ou seja, aquelas que a empresa deve realizar independentemente de haver atividade de fabricação ou de comercialização.

O “custo das mercadorias vendidas” decorre basicamente do seguinte cálculo: o custo do estoque das mercadorias para revenda existente no início do exercício social, mais (+) o custo das compras de mercadorias para revenda no mesmo exercício social, menos (-) o custo das mercadorias para revenda que ficaram no estoque final do respectivo exercício social.

Veja o resumo do cálculo: $CMV = EI + C - EF$

Resultado operacional bruto (lucro ou prejuízo bruto)

O Resultado operacional bruto é formado pela diferença entre a receita operacional líquida e os custos operacionais da receita, ou seja, o resultado bruto das operações depois de deduzidos os custos pertinentes.

É considerado lucro bruto quando a receita for maior que o custo. Em caso contrário, o resultado é considerado prejuízo bruto.

Veja ilustração do lucro bruto no quadro 14:

Quadro 14 - Apuração do lucro bruto.

Receita bruta
(-) <u>Deduções</u>
Receita líquida
(-) <u>Custo das vendas</u>
Lucro bruto

Fonte: Iudícibus (2008).

Despesas operacionais

São as despesas que contribuem para a realização das operações em determinado período. Elas representam os gastos incorridos com as áreas comercial, administrativa e financeira para a obtenção das receitas operacionais do período. Assim, as despesas operacionais são necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações.

Despesas de vendas

São despesas que englobam desde a promoção do produto até sua colocação junto ao consumidor (comercialização e distribuição). São despesas com o pessoal da área de venda, comissões sobre vendas, propaganda e publicidade, marketing, estimativa de perdas com duplicatas derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores duvidosos), entre outras.

As despesas administrativas são as consideradas necessárias para administrar uma empresa. Elas incluem os salários de empregados dos órgãos de pessoal, contabilidade e finanças e respectivos encargos, honorários dos administradores, depreciação dos bens utilizados nas áreas administrativas, etc.

As despesas financeiras registram os encargos decorrentes da obtenção de recursos de financiamento para as operações, como os juros de empréstimos de instituições financeiras. A classificação dessas despesas como operacionais suscita controvérsia entre os estudiosos da matéria. Enfim, elas constituem as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos; comissões bancárias; descontos concedidos; juros de mora pagos; etc.

Conforme disposição legal, as Despesas financeiras devem ser compensadas com as Receitas financeiras. Isso significa: as Receitas financeiras são deduzidas das Despesas financeiras, sendo necessário indicar cada uma delas.

As receitas de natureza financeiras são derivadas das aplicações no mercado financeiro, dos juros de mora recebidos, dos descontos obtidos, etc. Se o montante da Receita financeira for maior que o da Despesa financeira, a Receita financeira poderá ser deduzida de outras despesas operacionais.

Variações monetárias

Como o próprio nome indica, as Variações monetárias significam variações da moeda em virtude da inflação. Veja abaixo o exemplo apresentado por Iudícibus (2008).

Se uma empresa, inicialmente, possuisse uma dívida de US\$ 100.000. Em termos reais, no final do ano ela continuaria devendo cem mil dólares.

Agora vamos raciocinar em reais. Se o dólar fosse cotado a R\$ 3,00 no início, a dívida seria de R\$ 300.000,00. Vamos admitir que, se no fim do ano o dólar estivesse cotado a R\$ 5,00, a dívida passaria a totalizar R\$ 500.000,00.

Observe que o acréscimo nominal da dívida foi de R\$ 200.000,00, embora, em termos reais, a dívida continue a mesma: US\$ 100.000.

Em virtude da inflação da moeda nacional, o acréscimo nominal

será contabilizado no subgrupo denominado Variação monetária, com o título de Variação cambial. De forma destacada, no item chamado de despesas financeiras.

Essa variação monetária é conhecida como “passiva”, pois decorre de uma dívida. Se fosse o contrário, uma cifra a receber em dólar (ou qualquer moeda estrangeira), a empresa teria uma variação monetária ativa. Neste último caso, seria considerada como receita.

Outras despesas e receitas operacionais

Elas compreendem as despesas necessárias à consecução das operações do período, que não se enquadram no grupo de vendas administrativas e financeiras. São exemplos dessas despesas os prejuízos oriundos das aplicações em outras empresas, as reversões de provisões, etc. Também entre outras receitas operacionais são consideradas as de caráter eventual, tais como: lucros de participações em outras sociedades, vendas de sucatas, etc.

Resultado operacional (lucro ou prejuízo)

O resultado operacional é constituído pela diferença entre o lucro ou prejuízo bruto e as despesas operacionais. Se o lucro bruto for superior ao montante das despesas operacionais, a empresa registrará lucro operacional. Em situação contrária, ela registrará prejuízo operacional.

O quadro 15 apresenta a forma para chegar ao lucro operacional:

Quadro 15: Apuração do lucro bruto.

RECEITA BRUTA	\$\$\$\$\$
(-) Deduções	(\$\$\$\$\$)
RECEITA LÍQUIDA	\$\$\$\$\$
(-) CUSTOS DAS VENDAS	(\$\$\$\$\$)
LUCRO BRUTO	\$\$\$\$\$
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
• De vendas	(\$\$\$\$\$)
• Administrativas	(\$\$\$\$\$)
• Financeiras (-) Receitas financeiras	(\$\$\$\$\$)
• Variações monetárias*	(\$\$\$\$\$)
• Outras despesas ou Receitas operacionais	(\$\$\$\$\$)
LUCRO OPERACIONAL	\$\$\$\$\$

Fonte: Iudícibus (2008).

Resultado não operacional

É formada pela diferença entre as receitas e as despesas não operacionais. Se as receitas forem superiores às despesas, ocorrerá um lucro não operacional. Caso contrário, o resultado será um prejuízo não operacional.

As receitas não operacionais são as obtidas pela empresa não vinculadas à exploração do seu objeto social. São receitas auferidas em operações eventuais, como venda de bens do ativo imobilizado, alienação de participação societária de caráter permanente.

Quanto às despesas não operacionais, elas implicam a obtenção das receitas não operacionais, tais como despesas ou custo das baixas dos bens vendidos ou a despesas eventuais que não tenham contribuído para a obtenção das receitas operacionais da empresa.

Resultado do exercício antes dos impostos

É o resultado obtido pela soma algébrica dos resultados operacional e não operacional. Caso esse resultado seja positivo (lucro), ele será utilizado para compensar prejuízos acumulados, se houver. Em caso de existência de prejuízos anteriores, eles serão considerados dedução do lucro, apenas para determinar as bases de cálculo da provisão para imposto de renda. Em seguida, poderão ser incorridos como participações de debenturistas, empregados, administradores, partes beneficiárias e contribuições para fundos de assistência ou previdência de empregados.

Todavia, a dedução de prejuízos anteriores poderá ser discriminada na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Assim, na Demonstração do resultado do exercício, não aparecem os prejuízos acumulados. Isso ocorre porque eles se referem a exercícios anteriores, não podendo, portanto, afetar o resultado do exercício.

Provisão para o Imposto de Renda (PIR) / Contribuição Social (PCSSL)

Tanto a Contribuição Social (PCSSL) quanto o Imposto de Renda (PIR) incidem sobre o lucro fiscal da empresa, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação fiscal. Para melhor elucidar a questão, acompanhe o cálculo contábil do exemplo abaixo:

Suponha que em determinado exercício social uma empresa tenha apurado um lucro contábil de R\$ 100. Nesse resultado existam custos e despesas não dedutíveis (gastos incorrido cuja dedução do resultado não é permitida pela legislação fiscal) no valor de R\$ 50. Que existam também receitas já tributadas no valor de R\$ 10 que foram computados no referido resultado. Os R\$ 50 serão adicionados ao resultado de R\$

100 enquanto que os 10 serão excluídos. Com esse cálculo chega-se a base de cálculo da Contribuição social antes da compensação da base de cálculo negativa de períodos anteriores, cuja dedução está limitada a 30% desse montante.

No caso do exemplo citado, a base de cálculo da CSSL será de R\$ 98. Sobre esse montante será aplicada a alíquota da Contribuição social que é de 9%. Dessa forma, o valor de CSSL será de R\$ 8,82, que poderá ser arredondando para R\$ 9.

O quadro 16 abaixo ilustra o processo para encontrar o valor da CSSL:

Quadro 16 - Cálculo da CSSL.

Provisão para a CSSL	
Resultado do exercício antes dos impostos	R\$ 100
(+) Adições	R\$ 50
(-) Exclusões	<u>R\$ 10</u>
(=) Base de cálculo da CSSL antes da compensação	R\$ 140
(-) Base de cálculo negativa de per. anteriores (limit. a 30%)	R\$ 42
(=) Base de cálculo da CSSL	R\$ 98
(x) Alíquota	9%
(=) CSSL	R\$ 9

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Da mesma forma, para se calcular o IR parte-se do lucro contábil após a CSSL calculado na DRE pela Contabilidade, que no exemplo acima foi de R\$ 91 (98-9). Esse valor é classificado no livro não contábil, usado exclusivamente para fins fiscais, conhecido como Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). No LALUR são escrituradas

as adições e exclusões que normalmente são as mesmas efetuadas para a CSSL, exceto quanto à inclusão da própria CSSL entre as adições, uma vez que começa com o lucro contábil após a sua dedução.

Ao se efetuar a soma e subtração mencionadas acima, é possível chegar a um subtotal, para dele se deduzir os prejuízos fiscais de períodos anteriores. Essa dedução também está limitada a 30% do subtotal. Após a referida dedução, chega-se ao lucro (se o resultado for positivo) ou prejuízo fiscal do período (se o resultado for negativo).

Para se chegar a PIR, será aplicada sobre o valor a alíquota do IR que é de 15%. O resultado será de R\$ 14,70, que poderá ser arredondado para R\$15. Veja ilustração no quadro 17.

Quadro 17 - Cálculo do IRPJ.

Provisão para a o IRPJ	
Resultado do exercício antes do IR	R\$ 91
(+) Adições	R\$ 59
(-) Exclusões	<u>R\$ 10</u>
(=) Subtotal	R\$ 140
(-) Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores (limit. a 30%)	R\$ 42
(=) Base de cálculo do IR	R\$ 98
(x) Alíquota	15%
(=) CSSL	R\$ 15

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Somente depois da apuração do lucro e do valor do Imposto de renda, será calculada a dedução das participações, previstas nos estatutos: de debêntures, empregados e administradores.

Pela participação de debêntures, portadores de títulos emitidos pelas companhias como forma de captar recursos junto ao público em geral, são conferidos juros periódicos e participações sobre os lucros da companhia emitente dos títulos. Quanto às participações de empregados e administradores, elas serão realizadas por meio de complemento às suas respectivas remunerações. Normalmente, o percentual sobre o lucro é definido no estatuto ou contrato social da empresa. A partir da Constituição de 1988, a participação dos empregados passou a ser obrigatória.

Resultado líquido do exercício

Depois de deduzidas do resultado as participações e contribuições, o que remanesce é o chamado Lucro líquido, ou seja, a sobra líquida à disposição dos proprietários da empresa.

Por decisão dos proprietários, a sobra líquida pode ficar uma parte retida na empresa e a outra distribuída aos donos do capital a título de dividendos. Essa distribuição aparecerá nos seguintes relatórios: Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Lucro líquido por ação

Conforme a legislação brasileira, no final da Demonstração do resultado do exercício a companhia deverá indicar o montante do Lucro líquido por ação do capital social. Ele é obtido pela divisão do Lucro líquido pela quantidade de ações em que está dividido o capital da empresa.

Para melhor elucidar o que foi explanado, considere o seguinte exemplo. Suponhamos que em determinado exercício (12 meses), uma empresa teve uma receita de R\$ 500, impostos sobre vendas de R\$ 131, devoluções e abatimentos no valor de R\$ 50, custo dos produtos vendidos no valor de R\$ 150, despesas com vendas no valor de R\$ 100, despesas administrativas de R\$ 80, receitas financeiras de R\$ 60, despesas financeiras de R\$ 20, outras receitas operacionais R\$ 20, outras despesas operacionais no valor de R\$ 10, receitas não operacionais de R\$ 100 e despesas não operacionais de R\$ 60.

Considere ainda que no montante das despesas com venda existam despesas não dedutíveis no valor de R\$ 30. Existam também outras receitas operacionais decorrentes de dividendos recebidos de participações societárias da empresa em outras companhias. Além

disso, considere a existência de base de cálculo negativa de CSSL, a compensar de períodos anteriores no valor de R\$ 23, e um prejuízo fiscal de anos anteriores de R\$ 25.

Observe nos quadros abaixo, a ilustração dos cálculos realizados:

Quadro 18 - Cálculo da CSSL

RECEITA BRUTA	500
(-) DEDUÇÕES	
Impostos sobre vendas	(131)
Devolução e abatimentos sobre vendas	<u>(50)</u>
RECEITA LÍQUIDA	319
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	<u>(150)</u>
LUCRO BRUTO	169
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
De Vendas	(100)
Administrativas	(80)
Financeiras (-) Receitas	40
Outras receitas operacionais	20
Outras despesas operacionais	<u>(10)</u>
LUCRO OPERACIONAL	39
(+/-) DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
Vendas de imobilizado com prejuízo	100
Perdas diversas	<u>(60)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	79
(-) Provisão para a CSSL	6
(-) Provisão para o Imposto de Renda	10

Provisão para a CSSL

Resultado do exercício antes dos impostos	R\$ 79
(+) Adições	R\$ 30
(-) Exclusões	<u>R\$ 20</u>
(=) Base de cálculo da CSSL antes da compensação	R\$ 89
(-) Base de cálculo negativa de per. anteriores (limita 30%)	R\$ 23
(=) Base de cálculo da CSSL	R\$ 66
(x) Alíquota	9%
(=) CSSL	R\$ 6

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Quadro 19 - Cálculo do IRPJ

Provisão para a o IRPJ

Resultado do exercício antes do IR	R\$ 73
(+) Adições	R\$ 36
(-) Exclusões	<u>R\$ 20</u>
(=) Subtotal	R\$ 89
(-) Compensação de prejuízos Fiscais de períodos anteriores (limita 30%)	R\$ 25
(=) Base de cálculo do IR	R\$ 64
(x) Alíquota	15%
(=) CSSL	R\$ 10

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

É preciso ressaltar que só haverá PCSSL e PIR, se houver lucro fiscal. Há casos em que uma empresa obtém um lucro contábil (resultado positivo na DRE) e depois de efetuar as adições e exclusões descobre uma base de cálculo negativa para os impostos. Veja cálculo no quadro 20:

Quadro 20 - Cálculo da CSSL.

Provisão para a CSSL

Resultado do exercício antes dos impostos	R\$ 20
(+) Adições	R\$ 10
(-) Exclusões	<u>R\$ 50</u>
(=) Base de cálculo da CSSL antes da compensação	R\$ (20)
(-) Base de cálculo negativa de per. anteriores (limita 30%)	R\$ 0
(=) Base de cálculo da CSSL	R\$ 0
(x) Alíquota	9%
(=) CSSL	R\$ 0

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

No caso do exemplo mencionado, o resultado líquido do exercício seria de R\$ 20. Desse montante podem ser feitas as destinações inerentes às participações. Também pode ocorrer de a empresa apurar um prejuízo contábil e, após efetuar as adições e exclusões, chega a uma base de cálculo positiva para a CSSL e IRPJ. Veja ilustração no quadro 21:

Quadro 21 - Cálculo da CSSL.

Provisão para a CSSL

Resultado do exercício antes dos impostos	R\$ (10)
(+) Adições	R\$ 50
(-) Exclusões	<u>R\$ 20</u>
(=) Base de cálculo da CSSL antes da compensação	R\$ 20
(-) Base de cálculo negativa de per. anteriores (limita 30%)	R\$ 0
(=) Base de cálculo da CSSL	R\$ 20
(x) Alíquota	9%
(=) CSSL	R\$ 2

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Observe que no exemplo acima, mesmo com um prejuízo contábil de R\$ 10, a empresa terá que recolher uma CSSL de R\$ 2 e um IRPJ de R\$ 3. Para se chegar ao resultado do prejuízo contábil de R\$ 15, foi utilizada a mesma base da CSSL - R\$ 20x15%.

Nessa situação, só haverá destinação de participações se o resultado do exercício for positivo. Isso implica a existência de lucro contábil após a dedução dos impostos e dos prejuízos contábeis de períodos anteriores.

Integração entre Balanço patrimonial e a Demonstração de resultado

Tanto o **Prejuízo do exercício** quanto o **Lucro líquido** apurado na DRE são levados para o **Balanço patrimonial**. Se houver lucro poderão ter destinações específicas, como distribuição em forma de dividendos, constituição de reservas, etc. Se houver prejuízo serão utilizados para compensações com lucros contábeis de períodos posteriores.

Para um melhor entendimento da integração entre o Balanço e a DRE, observe o exemplo abaixo extraído da obra de Favero (1995). No exemplo são apresentadas três situações, demonstrando, inclusive, seus reflexos sobre o patrimônio das entidades. Observe transcrição a seguir:

Suponha que a empresa **José Falafino Ltda.**, apresentou a seguinte situação em 31/12/X1:

Quadro 22 – Balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL					
Em 31/12/X1					
ATIVO			PASSIVO		
Circulante			Circulante		
Disponível			Fornecedores		6.000,00
Caixa		1.000,00	Salários a pagar		4.000,00
Banco c/ movimento		15.000,00	Financiamentos		5.000,00
Créditos					
Duplicatas a receber		8.000,00	Exigível a longo prazo		
Estoques			Financiamentos		15.000,00
Mercadorias		2.500,00			
Realizável a longo prazo			Patrimônio líquido		
Créditos			Capital social		80.000,00
Títulos a receber		1.000,00			
Ativo permanente			Lucros ou prejuízos		
Imobilizado			Lucros Acumulados		4.500,00
Terrenos		20.000,00			
Edificações		30.000,00			
Veículos		12.000,00			
Instalações		25.000,00			
Total do Ativo		114.500,00	Total do Passivo		114.500,00

Fonte: Favero (1995).

Situação 1: Contabilização da movimentação da empresa durante o mês de janeiro/X2: vendas a prazo de R\$ 600,00; vendas a vista de R\$ 400,00; impostos e devoluções de R\$ 190,00; custo das mercadorias vendidas de R\$ 450,00; despesas administrativas, de R\$ 200,00; despesas com vendas de R\$ 90,00. Desta forma, a empresa obteve o seguinte resultado:

Obs.: As devoluções referem-se às vendas a vista. Os impostos, despesas e outras foram pagos com cheque.

Quadro 23 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO					
Período: 01/01/X2 a 31/01/X2					
Receitas brutas					
Vendas					1.000,00
(-) Deduções da receita					
Impostos e devoluções					(190,00)
(=) Receitas líquidas					810,00
(-) Custo das mercadorias vendidas					(450,00)
(=) Lucro bruto					360,00
(-) Despesas operacionais					
Despesas com vendas		90,00			
Despesas administrativas		200,00			290,00
					70,00

Fonte: Favero (1995).

Observe que a venda de mercadorias provocou a entrada de R\$ 1.000,00 para o Ativo (R\$ 400,00 em dinheiro e R\$ 600,00 em direitos a receber). Entretanto, diversos sacrifícios foram necessários para que essa venda fosse concretizada. O total das vendas de R\$ 930,00 representa o esforço efetuado em função dessas vendas no decorrer do mês: R\$ 190,00 de impostos e devoluções, R\$ 450,00 referentes ao custo das mercadorias vendidas e R\$ 290,00 de despesas com vendas e administrativas. Com isso, ocorrem modificações na situação patrimonial da empresa. Observe demonstração no quadro do **Balanco patrimonial**:

Quadro 24 – Balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31/12/X2			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Disponível		Fornecedores	6.000,00
Caixa	1.400,00	Salários a pagar	4.000,00
Banco c/ Movimento	14.520,00	Financiamentos	5.000,00
Créditos			
Duplicatas a Receber	8.800,00	Exigível a longo prazo	
Estoques		Financiamentos	15.000,00
Mercadorias	2.050,00		
Realizável a longo prazo		Patrimônio líquido	
Créditos		Capital social	80.000,00
Títulos a receber	1.000,00		
Ativo permanente		Lucros ou prejuízos	
Imobilizado		Lucros Acumulados	4.500,00
Terrenos	20.000,00	Lucro do período	70,00
Edificações	30.000,00		
Veículos	12.000,00		
Instalações	25.000,00		
Total do Ativo	114.570,00	Total do Passivo	114.570,00

Fonte: Favero (1995).

Observações importantes:

O caixa estava com R\$ 1.000,00. Houve ingresso de mais R\$ 400,00 de vendas a vista, ficando com saldo de R\$ 1.400,00;

O banco c/ movimento estava com R\$ 15.000,00. Houve o pagamento de R\$ 480,00, correspondente aos impostos e devoluções (R\$ 190,00), despesas administrativas (R\$ 200,00), e despesas com vendas (R\$ 90,00), ficando com R\$ 14.520,00;

A conta duplicatas a receber estava com R\$ 8.000,00 e recebeu o acréscimo de mais R\$ 600,00, decorrentes de vendas a prazo, ficando com R\$ 8.600,00;

O estoque de mercadorias estava com R\$ 2.500,00. No período não foram realizadas compras, mas ocorreram vendas no valor de R\$ 1.000,00, ao custo de R\$ 450,00. Assim, o estoque foi reduzido em R\$ 450,00, ficando com R\$ 2.050,00.

Como se pode perceber o resultado positivo (lucro) apresentado na Demonstração do resultado do exercício refletiu diretamente no patrimônio da entidade e melhorou a situação líquida em R\$ 70,00.

Situação 2: Tomando como base a situação inicialmente apresentada em 31/12/X1, a empresa efetuou durante o mês janeiro /X2 a seguinte movimentação: vendas a prazo de R\$ 550,00; vendas a vista de R\$ 350,00; impostos e devoluções de R\$ 150,00; custo das mercadorias vendidas de R\$ 420,00; despesas administrativas de R\$ 230,00; despesas com vendas de R\$ 100,00. Desta forma, a empresa obteve o seguinte resultado:

Obs.: As devoluções referem-se às vendas a vista. Os impostos e despesas foram pagos com cheque.

Quadro 25 – Demonstração do resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Período: 01/01/X2 a 31/01/X2			
Receitas brutas			
Vendas			900,00
(-) Deduções da receita			
Impostos e devoluções		(150,00)	
(=) Receitas líquidas			750,00
(-) Custo das mercadorias vendidas		(420,00)	
(=) Lucro bruto			330,00
(-) Despesas operacionais			
Despesas com vendas	100,00		
Despesas administrativas	230,00	330,00	
(=) Lucro líquido			0,00

Fonte: Favero (1995).

Observe que a venda de mercadorias provocou a entrada de R\$ 900,00 para o Ativo (R\$ 350,00 em dinheiro e R\$ 550,00 em direitos a receber). No entanto, para que essa venda se concretizasse foram realizados alguns sacrifícios. O total das vendas de R\$ 900,00 reflete o esforço efetuado em função dessas vendas no decorrer do mês: R\$ 150,00 de impostos e devoluções, R\$ 420,00 de mercadorias vendidas, R\$ 330,00 de despesas com vendas administrativas. Com isso, mesmo ocorrendo uma modificação na estrutura do patrimônio, não há alteração na situação patrimonial da empresa. Observe modificações a seguir:

Quadro 26 – Balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31/01/X2			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Disponível		Fornecedores	6.000,00
Caixa	1.350,00	Salários a pagar	4.000,00
Banco c/ Movimento	14.520,00	Financiamentos	5.000,00
Créditos			
Duplicatas a receber	8.550,00	Exigível a longo Prazo	
Estoques		Financiamentos	15.000,00
Mercadorias	2.080,00		
Realizável a longo prazo		Patrimônio líquido	
Créditos		Capital social	80.000,00
Títulos a receber	1.000,00		
Ativo permanente		Lucros ou prejuízos	
Imobilizado		Lucros Acumulados	4.500,00

Terrenos	20.000,00		
Edificações	30.000,00		
Veículos	12.000,00		
Instalações	25.000,00		
Total do Ativo	114.500,00	Total do Passivo	114.500,00

Fonte: Favero (1995).

Observações importantes:

O caixa estava com R\$ 1.000,00. Ocorreu um ingresso de R\$ 350,00, relativos à venda a vista, totalizando um saldo de R\$ 1.350,00;

O banco c/ movimento estava com R\$ 15.000,00. Houve saída de R\$ 480,00, correspondentes aos seguintes pagamentos: R\$ 150,00 de impostos e devoluções, R\$ 230,00 de despesas administrativas, R\$ 100,00 em despesas com vendas. O saldo ficou R\$ 14.520,00;

A conta duplicatas a receber estava com R\$ 8.000,00. Recebeu o acréscimo de R\$ 550,00, correspondentes às vendas a prazo. A conta ficou com um saldo de R\$ 8.550,00;

O estoque de mercadorias estava com R\$ 2.500,00. Não houve compras no período, mas foram efetuadas vendas no valor de R\$ 1.000,00 ao custo de R\$ 420,00. Dessa forma, o estoque foi reduzido em R\$ 420,00, ficando com R\$ 2.080,00.

Como se pode constatar, o resultado nulo ou de equilíbrio apresentado na Demonstração do resultado do exercício não provocou qualquer alteração na situação líquida da empresa.

Situação 3: Tomando como base a situação inicialmente apresentada em 31/12/X1, a empresa efetuou durante o mês de janeiro/X2 a seguinte movimentação: R\$ 500,00 de vendas a prazo; R\$ 300,00 de vendas a vista; R\$ 150,00 de impostos e devoluções; R\$ 450,00 de custo das mercadorias vendidas; R\$ 230,00 de despesas administrativas; R\$ 80,00 despesas com vendas. Desta forma, a empresa obteve o seguinte resultado:

Obs.: As devoluções referem-se às vendas a vista. Os impostos e despesas foram pagos com cheque.

Quadro 27 – Demonstração do resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Período: / / a / /			
Receitas brutas			
Vendas			800,00
(-) Deduções da receita			
Impostos e devoluções			(150,00)
(=) Receitas líquidas			650,00
(-) Custo das mercadorias vendidas			(420,00)
(=) Lucro bruto			230,00
(-) Despesas operacionais			
Despesas com vendas		80,00	
Despesas administrativas		230,00	310,00
(=) Prejuízo do período			(80,00)

Fonte: Favero (1995).

Observe que a venda de mercadorias provocou a entrada de R\$ 800,00 para o Ativo (R\$ 300,0 em dinheiro e R\$ 500,00 em direitos a receber). Entretanto, diversos sacrifícios foram necessários para que essa venda fosse concretizada. O valor total de R\$ 880,00 representa o esforço efetuado em função dessas vendas no decorrer do mês: R\$ 150,00 de impostos e devoluções, R\$ 420,00 relativos a custo das mercadorias vendidas, e R\$ 310,00 relativos a despesas com vendas e administrativas. Com isso, ocorre modificação patrimonial da empresa, conforme balanço a seguir:

Quadro 28 – Balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31/01/X2			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Disponível		Fornecedores	6.000,00
Caixa	1.300,00	Salários a pagar	4.000,00
Banco c/ Movimento	14.540,00	Exigível a longo Prazo	20.000,00
Créditos		Financiamentos	
Duplicatas a receber	8.500,00		
Estoques			
Mercadorias	2.080,00		
Realizável a longo prazo		Patrimônio líquido	
Créditos		capital social	80.000,00
Títulos a receber	1.000,00		
Ativo permanente		Lucros ou prejuízos	
Imobilizado		Lucros Acumulados	4.500,00
Terrenos	20.000,00	(-) prejuízos do exercício	80,00
Edificações	30.000,00		
Veículos	12.000,00		
Instalações	25.000,00		
Total do Ativo	114.420,00	Total do Passivo	114.420,00

Fonte: Favero (1995).

Observações importantes:

O caixa estava com R\$ 1.000,00. Houve ingresso de R\$ 300,00, relativos a vendas a vista, ficando com saldo de R\$ 1.300,00;

O banco c/ movimento estava com R\$ 15.000,00. Houve saída de R\$ 460,00, correspondentes aos seguintes pagamentos: R\$ 150,00 de impostos e devoluções, R\$ 80,00 de despesas com vendas, R\$ 230,00 de despesas administrativas. Ficou com um saldo de R\$ 14.540,00;

A conta duplicatas a receber estava com R\$ 8.000,00 e recebeu o acréscimo de R\$ 500,00, decorrentes de vendas a prazo, ficando com R\$ 8.500,00;

O estoque de mercadorias estava com R\$ 2.500,00. Durante o período não foram feitas compras, mas ocorreram vendas no valor de R\$ 1.00,00 ao custo de R\$ 420,00. Assim, o estoque foi reduzido em R\$ 420,00, ficando com R\$ 2.080,00.

Percebe-se então que o resultado negativo (prejuízo) apresentado na Demonstração do Resultado o Exercício refletiu diretamente no patrimônio da entidade, provocando uma diminuição de R\$ 70,00 na situação líquida.



Vá ao ambiente **virtual** e realize as atividades referente a esta unidade.

4

Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados

Síntese:

Nesta unidade estudaremos a definição, o objetivo e a estrutura da **Demonstração de lucros** ou **Prejuízos acumulados**, explicitando as modificações ocorridas na conta de lucros ou prejuízos acumulados entre dois períodos considerados.

Conforme se mencionou anteriormente, o lucro que restar após as participações será registrado na conta de lucros acumulados. Isso ocorrerá se houver destinação específica, aprovada pelos sócios ou acionistas. Caso contrário, deverá ser destinado ao pagamento de dividendos ou bonificações em dinheiro, em se tratando de sociedade por ações.

O prejuízo residual será registrado na conta de prejuízos acumulados, desde que não seja absorvido por lucros acumulados e reservas de lucros ou opcionalmente, por reservas de capital.

É preciso ressaltar que a distribuição dos lucros, além da obediência a preceitos legais e estatutários, deve levar em conta alguns aspectos financeiros, tais como o fortalecimento da estrutura patrimonial da empresa, a possibilidade de expansão dos negócios, a remuneração satisfatória dos sócios ou acionistas.

Conforme Braga (2003), a existência de algumas formas de distribuição dos lucros resulta em profundas repercussões na vida da empresa. Em razão disso, qualquer decisão nesse sentido deve ser rigorosamente estudada. Quanto às destinações dos lucros, o autor apresenta duas possibilidades: a distribuição direta e indireta. A distribuição direta é representada pelas parcelas do lucro líquido que passam diretamente aos sócios ou acionistas, sob a forma de participação, dividendos ou bonificações em dinheiro. A distribuição indireta é constituída pelas parcelas do lucro que permanecem retidas na empresa, aumentando dessa forma o seu capital próprio.

Os recursos gerados nas operações e reinvestidos nos negócios favorecem indiretamente os sócios ou acionistas, uma vez que aumentam o valor patrimonial de suas quotas de capital. A retenção dos lucros é feita sob a forma de aumento de capital ou pela constituição de reservas de lucros.

Existem dispositivos legais que devem ser observados pelas sociedades por ações na época de destinação dos lucros. Dentre esses dispositivos se destacam os seguintes:

Do lucro líquido do exercício devem ser deduzidos 5% para a constituição da reserva legal. Isso deve ser feito antes de qualquer outra destinação;

Parte do lucro líquido pode ser destinada à constituição de reservas estatutárias, desde que devidamente indicada no estatuto. Essa indicação deve ser precisa e completa, especificando sua finalidade, forma de constituição e limite máximo;

As reservas estatutárias e a retenção de lucros para plano de investimentos não poderão ser constituídas em prejuízo do dividendo mínimo obrigatório;

Os administradores não poderão receber gratificações ou qualquer outra forma de participação nos lucros da empresa, enquanto os acionistas não receberem, pelo menos, o dividendo mínimo obrigatório;

O total das reservas de lucros, exceto para contingências e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o montante do capital.

Além das determinações legais, existem exigências estatutárias ou contratuais que prescrevem a forma de destinação dos lucros. De acordo com as situações previstas na Lei Societária, a administração da empresa deve propor a melhor maneira de se destinarem os lucros, até mesmo a sua retenção total.

A proporção ideal entre as parcelas de lucros a serem retidas e/ou distribuídas aos sócios ou acionistas dependerá de uma análise cuidadosa de cada caso. Em princípio, nunca se deve efetuar retenção ou distribuição aos sócios ou acionistas, que incluam a totalidade dos lucros. É recomendável que a destinação do lucro líquido seja orientada no sentido de:

Resguardar a estrutura econômico-financeira da empresa, possibilitando um crescente fortalecimento dos capitais próprios;

Considerando os riscos inerentes aos negócios, oferecer remuneração atraente aos sócios ou acionistas, como incentivo de continuidade aos interesses da empresa. A remuneração ideal é de difícil mensuração. Todavia, sempre que possível, ela deverá estar acima das taxas de remuneração dos demais ativos existentes no mercado.

Dessa forma, o objetivo da Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é apresentar o saldo residual de lucros ou prejuízos, suas alterações durante o exercício e a destinação dada ao lucro ao final de cada exercício social, ou em períodos intermediários.

A estrutura da Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados apresenta a seguinte composição:

Quadro 29 - Estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Discriminação	Dez/XB R\$ mil	Dez/XA R\$ mil
(+/-) Saldo no início do período		
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores		
(=) Saldo inicial ajustado		
(-) Destinações durante o exercício		
- aumento de capital, dividendos		
(+) Reversões de reservas		
(+/-) Resultado do exercício		
(=) Saldo a disposição da Administração		
(-) Proposta de destinação do saldo		
- Transferência para reserva		
- Dividendos (R\$ por ação)		
- Aumento de capital		
(=) Saldo no fim do período		

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Saldo do início do período

É o saldo que corresponde ao acumulado proveniente do exercício ou período imediatamente anterior (lucro ou prejuízo), que no caso da estrutura acima é XA.

Ajustes de exercícios anteriores

São os ajustes efetuados em decorrência de efeitos na mudança de critério contábil ou de retificação de erro (imputável a determinado exercício anterior), desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os ajustes serão debitados ou creditados na conta de lucros ou prejuízos acumulados, conforme se trate de redução ou aumento dos lucros, ou aumento ou redução dos prejuízos.

Reversão de reservas

São os lançamentos efetuados com o objetivo de utilizar reservas de lucros na compensação de prejuízos ou mesmo atribuir outra destinação a elas. A Lei Societária determina que duas reservas devam ser revertidas na conta de lucros ou prejuízos acumulados:

Reserva de contingências: Quando cessam os motivos que determinaram sua constituição. A parcela não utilizada deverá ser revertida para lucros ou prejuízos acumulados;

Reserva de lucros a realizar: Será realizada na proporção em que forem sendo realizados os montantes que serviram de base para a constituição da reserva.

Também transitam na conta de lucros acumulados as parcelas de reservas de lucros a serem utilizadas para distribuição de dividendos, quando for o caso.

Lucro ou prejuízo líquido do exercício

É o resultado líquido final de cada exercício transferido para a conta de lucros ou prejuízos, a fim de ser utilizado e/ou destinado.

Proposta de destinação dos lucros

A Lei da Sociedade por Ações determina que os órgãos da administração das companhias devem registrar nas demonstrações financeiras a proposta de destinação dos lucros. Essa proposta deve ser obrigatoriamente apresentada à assembleia geral ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício. Elas devem contemplar as seguintes destinações: (a) para constituição de reservas de lucros, nas condições estabelecidas em lei; (b) para os dividendos, especificando o valor do dividendo por ação do capital social; (c) a divisão do montante dos dividendos pela quantidade de ações do capital social.

Saldo no final do período

Ele é o saldo residual que passa para o período seguinte, desde que seja devidamente justificada a sua existência.

Para um melhor entendimento do assunto, Iudícibus (2008) apresenta o seguinte exemplo. Admitindo-se que uma empresa teve um **Lucro líquido** de R\$ 1.000,00 em XA. Durante o exercício de XB ocorreram os seguintes fatos: (a) ajuste credor de exercícios anteriores de R\$ 500,00; (b) aumento de capital de R\$ 1.000,00; (c) distribuição extraordinária de dividendos de R\$ 200,00; (d) reversão de reservas para contingências de R\$ 100,00. Considere que o **Lucro líquido** de XB foi de R\$ 2.000,00 e que deste montante foram feitas as seguintes destinações: (a) constituição de reserva legal (5% do lucro líquido); (b) reserva para contingência no valor de R\$ 150,00; (c) distribuição de lucro na ordem de 50% do lucro ajustado (lucro líquido - reserva legal - reserva para contingência + reversão da reserva para contingência); (d) aumento de capital no valor de R\$ 1.025,00.

Quadro 30 - Elaboração da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Discriminação	Dez/XB R\$ mil	Dez/XA R\$ mil
(+/-) Saldo no início do período	1.000	
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores	500	
(=) Saldo inicial ajustado	1.500	
(-) Destinações durante o exercício		
- aumento de capital, dividendos	1.200	
(+) Reversões de reservas	100	
(+/-) Resultado do exercício	2.000	
(=) Saldo a disposição da Administração	2.400	
(-) Proposta de destinação do saldo		
- Transferência para reserva	250	
- Dividendos (R\$ por ação)	1.125	
- Aumento de capital	1.025	
(=) Saldo no fim do período	0	1.000

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

5

Demonstração de fluxo de caixa

Síntese:

Nesta unidade estudaremos a definição, o objetivo e a estrutura da Demonstração de fluxo de caixa, destacando-se o seu conteúdo de acordo com os principais métodos adotados na literatura contábil.

De acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC 20), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) deverá refletir as transações de caixa oriundas das atividades: (a) operacionais, (b) investimentos e (c) financiamentos.

Também deverá ser apresentada uma conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais. Sua finalidade será fornecer informações sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e de outros eventos que afetam o resultado.

Segundo as citadas normas, a função primordial de uma DFC é a de propiciar informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício. Essas informações, quando divulgados nas demonstrações contábeis, visam ajudar seus usuários a avaliar a geração de fluxos de caixa para o pagamento de obrigações e lucros e dividendos a seus acionistas ou cotistas. Visam ainda identificar as necessidades de financiamento, as razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais. Elas também podem revelar o efeito das transações de investimentos e financiamentos, com a utilização ou não de numerário, sobre a posição financeira.

Dessa forma, a DFC é um instrumento indispensável para tomar decisões em todos os tipos de empresa, uma vez que indica a origem do todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do fluxo financeiro.

A rigor, a denominação Demonstração dos Fluxos de Caixa não é apropriada, uma vez que engloba as contas de Caixa e Bancos. O mais adequado seria denominar Demonstração de Fluxo de Disponível. No entanto, há muito tempo esse relatório é denominado de DFC. Dessa forma, para efeito de DFC, entenderemos o termo Caixa como os recursos disponíveis nas contas correntes bancárias e em aplicações financeiras com prazo de resgate de até três meses.

Conforme argumenta Iudícibus (2008), a DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração de um melhor planejamento financeiro. Em uma economia tipicamente inflacionária, não é aconselhável o excesso de caixa, somente o estritamente necessário para fazer face aos seus compromissos. Através do planejamento financeiro, o gerente saberá o momento adequado para contrair empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos. Ele saberá também quando poderá aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, dessa forma, a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

Iudícibus (2008) argumenta ainda que, somente através do conhecimento do passado, é possível fazer uma boa projeção do

fluxo de Caixa para o futuro (próxima semana, mês, trimestre, etc.). A comparação do Fluxo projetado com o real poderá indicar se as variações demonstram deficiências em suas projeções. Essas variações são excelentes subsídios para o aperfeiçoamento de novas projeções de fluxo de caixa.

Para uma melhor compreensão do conteúdo do DFC, é necessário explicitar as seguintes definições:

(a) Fluxos de caixa: São formados pelos ingressos e saídas de caixa e equivalentes;

(b) Caixa ou equivalentes de caixa: É a movimentação dos **recursos financeiros**, incluindo os saldos de moeda em caixa ou depósitos em conta bancária e outros tipos de contas que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata. Como equivalentes de caixa, devem ser consideradas as aplicações financeiras com característica de liquidez imediata (resgate de até três meses);

(c) Atividades operacionais: Elas compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento dos funcionários, etc.;

(d) Atividades de investimentos: São formadas pelas transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades. Incluem também ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda;

(e) Atividades de financiamentos: Elas incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Determinados recebimentos ou pagamentos de caixa podem ter características que se enquadrem tanto no fluxo de caixa das atividades operacionais, como nas atividades de financiamentos ou nas atividades de investimentos. Se for o caso, a classificação apropriada deverá levar em consideração qual atividade é predominante na geração do fluxo de caixa.

Informações sobre atividades de investimentos e de financiamentos, que resultaram em reconhecimento de um ativo ou de um passivo, mas que não se converteram em pagamentos ou recebimentos de caixa, devem ser excluídas da Demonstração dos fluxos de caixa. Elas devem ser apresentadas em local apropriado nas demais demonstrações ou em notas explicativas. Exemplos desse tipo são as aquisições de ativos realizadas por meio de empréstimos ou financiamentos.

Recursos financeiros:

são os recursos que estão disponíveis na empresa, ou seja, as disponibilidades de caixa de uma organização.

Dessa forma, apenas as transações que afetam o fluxo de caixa devem ser apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com a nova Lei das S/A (Lei nº. 11.638/2007), a DFC deverá indicar as alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, separando essas alterações em três fluxos: (a) Fluxo das atividades operacionais; (b) Fluxo das atividades de financiamentos; (c) Fluxo das atividades de investimentos.

Além de especificar os fluxos acima, a DFC deverá apontar o seu efeito líquido sobre os saldos de caixa, conciliando seus saldos no início e no final do período ou exercício.

Entidades sujeitas a órgãos reguladores devem utilizar, se houver, modelos estabelecidos pelos respectivos órgãos.

A preparação da demonstração dos fluxos de caixa pode ser realizada por meio de dois métodos: o direto e o indireto. O método direto apresenta os componentes dos fluxos por seus valores brutos, sobretudo nos itens significativos dos recebimentos e pagamentos. Nesse método devem constar as seguintes operações: (a) o recebimento de clientes; (b) os juros, lucros e dividendos recebidos; (c) os pagamentos a fornecedores e empregados; (d) os juros pagos; (e) o imposto de renda pago; (f) outros recebimentos e pagamentos.

O método indireto apresenta o fluxo de caixa líquido oriundo das seguintes operações: (a) movimentação líquida das contas que influenciam os fluxos de caixa, tais como estoques, contas a receber e contas a pagar; (b) movimentação líquida das contas que influenciam os fluxos de caixa a partir das disponibilidades geradas pelas atividades operacionais, ajustadas pelas movimentações dos itens que não geram caixa, tais como depreciação, amortização, baixas de itens do ativo permanente, etc.

A conciliação do resultado com o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deve ser demonstrada tanto pelo método direto como pelo método indireto. Todos os ajustes de conciliação entre o resultado e o caixa, gerados pelas atividades operacionais, devem ser claramente identificados como itens de conciliação.

No tocante aos fluxos, eles devem ser classificados de acordo com a natureza da atividade:

- **Oriundo de atividade operacional:** O numerário recebido de: (a) clientes por venda de produtos e serviços; (b) subsidiárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e registradas como lucros ou dividendos; (c) reembolsos de fornecedores, companhias de seguro, restituição de impostos, entre outros;

- **Utilizado na atividade operacional:** O numerário pago a: (a) fornecedores por compra de material produtivo; (b) empregados;

(c) processos, reembolsos a clientes etc.; (d) governos por impostos e contribuições; (e) fornecedores por compra de material produtivo; (f) empregados; (g) processos, reembolsos a clientes etc.; (h) governos por impostos e contribuições;

• **Atividades de investimentos:** O numerário recebido por: (a) venda de ativos permanentes; (b) distribuição de lucros ou dividendos de outros investimentos, devendo-se classificar como utilizado na atividade de investimentos o numerário aplicado utilizado na aquisição de ativo permanente;

• **Atividades de financiamentos:** O numerário recebido por: (a) integralização de capital; (b) colocação de títulos a longo prazo (debêntures e equivalentes); (c) obtenção de empréstimos. Também são classificados nas atividades de financiamentos o numerário pago a: (a) acionistas ou cotistas por lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou reembolso de capital; (b) credores de obrigações por financiamentos.

No que se referem às transações que podem afetar o Caixa, elas incluem os seguintes grupos de transações:

Grupo 1 - Transações que aumentam o disponível no caixa

(a) Integralização do capital pelos sócios ou acionistas: São os investimentos realizados pelos proprietários. A integração só afetará o Caixa, se for feita em dinheiro;

(b) Empréstimos bancários e financiamentos: São os recursos financeiros oriundos de instituições financeiras. Normalmente, os empréstimos bancários são utilizados como Capital de giro e os financiamentos para aquisição de Ativo permanente;

(c) Venda de itens do ativo permanente: Embora não seja comum, a empresa pode vender itens do ativo fixo. Neste caso, teremos uma entrada de recursos financeiros;

(d) Vendas a vista e recebimento de duplicatas: A principal fonte de recursos do caixa é aquela resultante de vendas;

(e) Outras entradas: Constituem os dividendos e os juros recebidos de outras empresas, as indenizações de seguros, etc.

Grupo 2 - Transações que diminuem o disponível no caixa:

(a) Pagamentos de dividendos aos acionistas: Se os investimentos dos proprietários da empresa representam entrada em caixa, os dividendos pagos, em cada exercício, significam diminuição de caixa;

(b) Pagamento de juros e amortização da dívida: É formado pelo resgate das obrigações junto às instituições financeiras e pelos encargos financeiros (juros, comissão etc.). Eles representam saída de dinheiro do caixa;

(c) Aquisição de item do ativo permanente: Constitui todas as aquisições efetuadas a vista, de imobilizado e de itens do subgrupo investimentos (ações, etc.);

(d) Compras a vista e pagamentos a fornecedores: São formadas pelas saídas de numerários referentes à matéria-prima e material secundário;

(e) Pagamentos de despesa/custo, contas a pagar e outros: São os desembolsos com despesas administrativas de vendas, com itens de custo e outros.

Grupo 3 - Transações que não afetam o caixa

Através dos itens relacionados no grupo A, observamos os principais encaixes (entrada de dinheiro no caixa). Por meio dos itens relacionados no grupo B, verificamos os principais desembolsos (saídas de dinheiro no caixa).

Agora, vamos observar algumas transações que não afetam o Caixa, isto é, que não ocorre encaixe e nem desembolso:

(a) Depreciação, amortização e exaustão: São reduções de ativo que não afetam o Caixa, no exercício em que são contabilizadas;

(b) Provisão para devedores duvidosos: É a estimativa de prováveis perdas com clientes, sem representar desembolso imediato para a empresa;

(c) Reavaliação: Embora normalmente ocorra aumento no valor do Permanente e do Patrimônio líquido, em decorrência da atualização do mercado, isso não representa desembolso ou encaixe;

(d) Acréscimos ou diminuições: São formados pelos investimentos submetidos ao método de equivalência patrimonial, que podem aumentar ou diminuir, sem significar que houve venda ou novas aquisições.

Apresentamos abaixo a estrutura da DFC:

Modelo de demonstração dos fluxos de caixa

Método direto

COMPANHIA ABC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA exercício findo em
31 de dezembro de 20XX

Fluxos de caixa originados de:

Atividades operacionais

Valores recebidos de clientes	\$
Valores pagos a fornecedores e empregados	\$
Imposto de renda e contribuição social pagos	\$
Pagamentos de contingências	\$

Recebimentos por reembolso de seguros	\$
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	\$
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	\$

Atividades de investimentos

Compras de imobilizado	\$
Aquisição de ações/cotas	
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	\$
Juros recebidos de contratos de mútuos	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades investimentos	\$
Atividades de financiamentos	\$
Integralização de capital	\$
Pagamentos de lucros e dividendos	\$
Juros recebidos de empréstimos	\$
Juros pagos por empréstimos	\$
Empréstimos tomados	\$
Pagamentos de empréstimos/debêntures	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades financiamento	\$
Aumento (Redução) nas disponibilidades	\$
Disponibilidades - no início do período	\$
Disponibilidades - no final do período	\$

Divulgações adicionais

Ao final deste relatório a entidade deverá divulgar também informações sobre a Demonstração dos fluxos de caixa referentes à conciliação do resultado do exercício com o valor das disponibilidades líquidas geradas ou utilizadas nas atividades operacionais. Veja exemplo a seguir:

Resultado do exercício/período	\$
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)	
Depreciação e amortização	\$
Resultado na venda de ativos permanentes	\$
Equivalência patrimonial	\$
Variações nos ativos e passivos	\$
(Aumento) Redução em contas a receber	\$
(Aumento) Redução nos estoques	\$
Aumento nas despesas antecipadas	\$

Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	\$
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	\$
Aumento (Redução) na provisão para férias	\$
Aumento (Redução) na provisão para contingências	\$
Total dos ajustes	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	\$

Método direto

COMPANHIA ABC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA exercício findo em
31 de dezembro de 20XX

Fluxos de caixa das atividades operacionais	\$
Resultado do exercício/período	\$
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	\$
Depreciação e amortização	\$
Resultado na venda de ativos permanentes	\$
Equivalência patrimonial	(\$)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	\$
Variações nos ativos e passivos	\$
(Aumento) Redução em contas a receber	\$
(Aumento) Redução nos estoques	\$
Aumento (Redução) em fornecedores	\$
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	\$
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	\$
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Compras de imobilizado	(\$)
Aquisição de ações/cotas	(\$)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	\$
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	\$
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	\$
Pagamentos de lucros dividendos	(\$)
Empréstimos tomados	\$
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(\$)
Juros recebidos de empréstimos	\$
Juros pagos por empréstimos	(\$)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	\$
Aumento (Redução) nas disponibilidades	\$
No início do período	\$
No final do período	\$

Referências

- BEUREN, I. M. O papel da controladoria do processo de gestão. In: SCHMIDT, P. et al. **Controladoria**: agregando valor para empresa. Porto Alegre: Bookam, 2002.
- BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. São Paulo: Atlas, 2003.
- FAVERO, L. H. et al. **Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, S. **Curso de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2008.
- PADOVEZE, C. L. **Introdução à contabilidade, com abordagem para não-contadores**: texto e exercícios. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2006.
- SZUSTER, N. et al. **Contabilidade geral**: introdução à contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2008.

Currículo da autora

Mariomar de Sales Lima é professora da Universidade Federal do Amazonas, desde 1993, lotada no Departamento de Contabilidade. É graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Federal do Amazonas, especialista em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também possui especialização em Metodologia do Ensino Superior (UFAM), Aperfeiçoamento em Contabilidade e Finanças e Auditoria Contábil pela Fundação Getúlio Vargas. É autora de vários artigos, dentre eles: Mensuração e divulgação dos impactos ambientais na indústria: o caso R & B Plásticos da Amazônia; Mensuração do capital intelectual através dos vetores de desempenho do Balanced Scorecard (BSC); A importância do controle interno para o gestor público; O planejamento orçamentário como fator de diferencial competitivo nas organizações: um estudo realizado em uma indústria do segmento eletroeletrônico. Foi coordenadora do

Curso de Graduação em Ciências Contábeis, chefe do Departamento de Contabilidade, coordenadora do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Controladoria da Gestão Empresarial, coordenadora do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Contabilidade e Controladoria. Atualmente é diretora da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas.